



Prezados,

Segue anexo do edital do Pregão Eletrônico nº 057/2026, para vistos e assinaturas.

Uberlândia, 8 de Maio de 2026.

Assinado Digitalmente por:

Rodrigo Sávio Couto de Lacerda  
Diretor Geral do Departamento Municipal  
de Água e Esgoto - DMAE  
\*\*IBljANBg\*\*\*\*vAxhEFr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB - e-  
CPF  
11/05/2026 09:57:45

A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://assinaturadocumento.uberlandia.mg.gov.br/> informando a identificação do sistema 20261351278NEC/PAG e o código verificar I3UF ou através do QR CODE acima.

## DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG

## DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA

<b>PREGÃO ELETRÔNICO nº 057/2026</b>	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>		
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa para <b>aquisição de estação total eletrônica</b> , em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.			
<b>Valor estimado</b>			
R\$ 64.690,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa reais).			
<b>Número da compra</b>	<b>Forma de Adjudicação</b>	<b>Licitação exclusiva para ME/EPP</b>	<b>Reserva de cota para ME/EPP</b>
90057/2026	Item	Não	Não
<b>Modo de disputa</b>	<b>Critério de julgamento</b>	<b>Registro de preços</b>	<b>Vistoria/visita técnica</b>
Aberto	Menor preço	Não	Não
<b>Amostra/Demonstração</b>	<b>Dedicação exclusiva de mão de obra</b>	<b>Garantia de execução</b>	<b>Instrumento contratual</b>
Não	Não	Não	Termo de contrato
<b>Documentos de habilitação (ver apêndice do termo de referência)</b>			
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do Termo de Referência acima indicada.			
<b>Pedidos de esclarecimentos ou impugnações</b>			
Até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, pelo e-mail: <a href="mailto:licitacao@dmae.mg.gov.br">licitacao@dmae.mg.gov.br</a>			
Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DMAE - Uberlândia pelo endereço <a href="https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras">https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras</a> , selecionando a Unidade Compradora nº "926287".			
O edital e outros anexos estão disponíveis para download no Compras.gov.br, e, também, o processo administrativo na íntegra poderá ser acessado no Portal de Transparência do Município de Uberlândia: <a href="https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/">https://www.uberlandia.mg.gov.br/portal-da-transparencia/licitacoes-e-contratos/</a>			

**DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – UBERLÂNDIA/MG**

**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026**

**(Processo Administrativo nº 222/2026 - Lei Federal nº 14.133/2021)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO “MENOR PREÇO - ITEM”**

**PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA**

O **Diretor-Geral do Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE**, no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e posteriores alterações, torna público que, por meio da Diretoria de Suprimentos, sediada na Avenida Rondon Pacheco, nº 6.400, bairro Tibery, CEP 38.405-142, Uberlândia/MG, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, sendo a sessão pública realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital.

**1 - DO OBJETO:** Contratação de empresa para **aquisição de estação total eletrônica**, em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**1.2 – O valor global estimado é de R\$ 64.690,00 (sessenta e quatro mil e seiscentos e noventa reais), conforme requisição Nº 1415/2026.**

**1.3 - DOS ITENS/GRUPOS E NÃO EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006**

**1.3.1 - A licitação será dividida em item único, conforme tabela constante do Termo de Referência e Modelo de Proposta Comercial.**

**1.3.2 - A licitação é destinada à ampla concorrência.**

**1.4 - PREVALÊNCIA DO TERMO DE REFERÊNCIA:** A descrição detalhada do objeto consta no Termo de Referência (Anexo 02) que deve ser analisada cuidadosamente pelas participantes da licitação, sendo que, em caso de divergência, com a especificação divulgada pelo site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação da contratação.

**2 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de**

Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

**2.1.1** - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

**2.2** - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3** - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4** - A não observância do disposto no item 2.3 poderá ensejar sua desclassificação no momento da habilitação.

**2.5** - No caso de itens ou grupos destinados à participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**2.6** - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caso permitida sua participação, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**2.6.1** - Nos termos do art. 4º, §§1º e 2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para os itens cujo valor estimado por 1 (um) ano for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, não será aplicado o tratamento diferenciado previsto nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

**2.7** - Quando permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, deverão ser observadas as normas previstas no art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021 e as exigências de habilitação específicas elencadas no Termo de Referência e seus anexos.

**2.8** - Não poderão disputar esta licitação:

**2.8.1** - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.8.2** - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.8.3** - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista

ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.8.4** - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**2.8.4.1** - Entende-se por impossibilitada de participar da licitação a empresa impedida de licitar/contratar com o Município de Uberlândia e/ou declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública.

**2.8.5** - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.8.6** - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.8.7** - Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.8.8** - Agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.8.9** - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.8.10** - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

**2.8.11** - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**2.9** - O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.10** - A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.11** - Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.12** - O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.13** - Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.14** - A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3** - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

**3.3.1** - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.3.2** - Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.3.3** - Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.3.4** - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.4** - Caso permitida sua participação, o licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5** - O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (quando permitida sua participação) deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.5.1** - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.5.2** - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, quando permitida sua participação.

**3.6** - A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.7** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.8** - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.9** - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

**3.10** - Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.10.1** - A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.10.2** - Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.11** - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.11.1** - Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.11.2** - Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.12** - O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.13** - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



**3.14** - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1** - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

##### **4.1.1 - Valor unitário e valor total do(s) item(ns).**

**4.1.1.1** - A proposta inicial, bem como os lances subsequentes, quando for caso, deverão ser registrados, em moeda corrente nacional (R\$) e limitado a 02 (duas) casas decimais (R\$ XX, XX).

**4.1.2** - Marca/fabricante (quando for o caso, não sendo admitida a indicação de mais de uma marca para um mesmo item);

**4.1.3** - Modelo/versão (se aplicável);

**4.2** - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.3** - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4** - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**4.5** - Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6** - Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**4.7** - Na licitação que envolva os serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão ou locação de mão de obra para fins de enquadramento tributário, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar Federal nº 123/2006, cumprindo a licitante a responsabilidade de elaboração da proposta com a adequada incidência da tributação aplicável.

**4.8** - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.8.1** - O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.



**4.9** - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

**4.9.1** - Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste Edital e seus anexos.

**4.10** - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**4.11** - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

**4.12** - Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

## **5 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**5.2.1** - Será desclassificada a proposta que identifique o licitante nos campos de cadastramento do portal (marca, descrição, fabricante, etc.).

**5.2.2** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**5.2.3** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**5.3** - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**5.4** - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.5** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.6 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.**

**5.7 –** Será desclassificada a proposta que não atender ao critério de julgamento definido no edital.

**5.8 -** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.9 -** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.10 -** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

**5.11 -** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

**5.12- O modo de disputa adotado será o “aberto”.**

**5.12.1-** O modo de disputa será aberto por proporcionar plena ciência do preço estimado aos licitantes e permitir uma competição mais agressiva pelo menor preço.

**5.13-** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

**5.13.1-** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

**5.13.2-** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**5.13.3-** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**5.13.4-** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**5.13.5-** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**5.14 -** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**5.15 -** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**5.16** - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17** - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.18** - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.19** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.20.1** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2** - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3** - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4** - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21** - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1** - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.21.1.1** - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2** - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3** - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4** - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2** - Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1** - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2** - Empresas brasileiras;

**5.21.2.3** - Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4** - Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22** - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1** - A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.2** - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.3** - O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e constará na Ata de Encerramento que integrará os autos do processo licitatório.

**5.22.4** - O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

**5.22.5** - É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23** - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6 - DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1** - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5.5 do edital, especialmente quanto à

existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**a) SICAF;**

**b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e**

**c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).**

**6.1.1 - Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).**

**6.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.**

**6.3 - Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput).**

**6.3.1 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).**

**6.3.2 - O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º), sem prejuízo do procedimento de desconsideração da personalidade jurídica indireta prevista no art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021 e no art. 166 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.**

**6.3.3 - Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.**

**6.4 - Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.**

**6.5 - Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5 e 2.6 deste edital.**

**6.6 - Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.**

**6.7 - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, a informação dos acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho utilizadas no cálculo do valor estimado pela Administração estão indicadas nas planilhas de custos e formação de preços que integram o edital como anexo.**

**6.7.1 - O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.**

**6.8 - Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.8.1 -** Contiver vícios insanáveis;

**6.8.2 -** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.8.3 -** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.8.3.1 -** Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão

**6.8.4 -** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.8.5 -** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.9 -** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**6.9.1 -** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.9.1.1 -** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.9.1.2 -** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.10 -** Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

**6.10.1 -** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.10.2 -** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.10.3 -** No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.10.4 -** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.



**6.11** - Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**6.12** - Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.12.1** - Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.12.2** - Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

**6.12.3** - Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

**6.12.4** - Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

**6.12.5** - Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

**6.13** - Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**6.13.1** - O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

**6.13.2** - Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.14** - Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



**6.15** – Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.16** - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.16.1** - Caso o Termo de Referência exija a apresentação de documentação anexa à amostra, esta deverá ser encaminhada juntamente com a amostra.

**6.16.2** - Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

**6.16.3** - É facultada prorrogação do prazo estabelecido no Termo de Referência para a apresentação de amostra, a partir de solicitação fundamentada por escrito pelo interessado, antes de findo o prazo

**6.16.4** - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.5** - No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.16.6** - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

**6.16.7** - Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras reprovadas deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

**6.16.8** - Caso a amostra apresentada se enquadre aos padrões objetivamente estabelecidos no Termo de Referência e demais análises da Diretoria Requisitante a mesma será APROVADA e o solicitante será sumariamente classificado para aquele item.

**6.16.9** - Ao fim, a Sessão Pública para análise das amostras será lavrada em Ata, que será publicada no sítio do DMAE, autuada no processo.

**6.17** - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

## **7 - DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1** - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**7.1.1** - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2** - Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3** - Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4** - Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado, observada as condições específicas definidas no Termo de Referência.

**7.5** - Os documentos exigidos para fins de habilitação serão anexados no sistema em campo próprio.

**7.6** - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**7.7** - Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**7.8** - Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**7.9** - O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

**7.10** – Caso tenha sido definido no Termo de Referência, a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

**7.10.1** - O licitante que optar por realizar vistoria prévia deverá promover AGENDAMENTO, observando as condições fixadas no Termo de Referência, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

**7.10.2** - Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**7.11** - A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

**7.11.1** - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

**7.12** - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, caput).

**7.12.1** - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

**7.13** - A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**7.13.1** - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo a ser definido pelo pregoeiro, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

**7.13.2** - Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.14** - A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

**7.14.1** - Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**7.14.2** - Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

**7.15** - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

**7.15.1** - Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**7.15.2** - Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**7.16** - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**7.17** - Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

**7.18** - Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.19** - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.20** - Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8 - DOS RECURSOS**

**8.1** - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2** - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3** - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1** - a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**8.3.2** - o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

**8.3.3** - o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4** - na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4** - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

**8.4.1** - Serão desconsiderados pelo Pregoeiro os recursos interpostos fora do sistema eletrônico ComprasGov.

**8.5** - O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**8.6** - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**8.7** - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9** - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**8.10** - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

## **9 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1** - Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos, sem prejuízo das demais responsabilidades, às sanções dispostas na referida norma federal e de acordo com o procedimento definido no Capítulo XIV na Lei Federal nº 14.133, de 2021 e suas alterações, e expostas no Decreto Municipal nº 20.154, de 01 de fevereiro de 2023.

**9.2** - Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

**9.3** - A cobrança de eventual valor referente às multas aplicadas será realizada nos termos do artigo 136 e seguintes do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**9.4** - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**9.5** - A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de indenizar integralmente eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, que poderão ser apurados no mesmo processo administrativo sancionatório.

**9.6** - As sanções serão informadas ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, ou outro que vier a substituí-lo

**9.7** - Durante o processo administrativo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e suas alterações, como ato lesivo contra a administração pública, cópias necessárias à apuração da responsabilidade deverão ser remetidas à Controladoria Geral do Município, com despacho

fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

## **10 - DA FISCALIZAÇÃO**

**10.1** - Atendendo às exigências contidas no artigo 8, §3º da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações, a fiscalização e o gerenciamento da relação jurídica observarão o disposto no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**10.2** - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade na execução do contrato, o Fiscal de Contrato ou a Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, dará ciência à Contratada para adoção das providências necessárias para sanar os vícios, defeitos e/ou incorreções verificadas, como medidas administrativas iniciais.

**10.3** - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

**10.4** - O Contratante reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, o objeto da contratação, caso o mesmo afaste-se das especificações do Edital, seus anexos e da proposta da Contratada.

**10.5** - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal de Contrato ou da Comissão de Fiscalização de Contrato, conforme o caso, serão encaminhadas ao Gestor de Contrato para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no inciso XVI do artigo 23 do Decreto Municipal nº 20.154 de 2023 e suas alterações.

**10.6** - Caberá ao Gestor de Contrato o controle administrativo/financeiro necessário ao pleno cumprimento da contratação.

**10.7** - Maiores deliberações acerca da fiscalização contratual estarão previstas no Termo de Referência.

## **11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO**

**11.1** - O pregoeiro declarará a vencedora por meio de relatório final, seguindo os autos posteriormente para a necessária adjudicação e homologação por parte do Ordenador de Despesas.

**11.2** - A Licitante vencedora, após a homologação, conforme disposições contratuais consubstanciadas no Termo de Referência, será convocada para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação aplicável.

**11.2.1** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo órgão contratante.

**11.2.2** - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os



licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

## **12 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**12.1** - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2** - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3** - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail: [licitacao@dmae.mg.gov.br](mailto:licitacao@dmae.mg.gov.br).

**12.4** - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.4.1** - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

**12.5** - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **13 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**13.1** - Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**13.2** - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**13.3** - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

**13.4** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**13.5** - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**13.6** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**13.7** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



**13.8** - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**13.9** - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as dos anexos.

**13.10** - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereços eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e [www.uberlandia.mg.gov.br](http://www.uberlandia.mg.gov.br).

**13.11** - Os endereços de e-mail informados na proposta comercial bem como os cadastrados no SICAF, serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente encaminhadas.

**13.12** - Reputa-se como entregue e recebido, e-mail que não retornar com mensagem de erro.

**13.13** - A empresa deverá incluir os domínios @uberlandia.mg.gov.br e @dmae.mg.gov.br na sua lista de e-mail confiáveis como forma de evitar que as comunicações sejam consideradas SPAM ou Lixo Eletrônico.

**13.14** - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**ANEXO 01 – Estudo Técnico Preliminar**

**ANEXO 02 - Termo de Referência**

**ANEXO 03 – Relatório de Pesquisa de Preços**

**ANEXO 04 - Modelo de Proposta Comercial**

**ANEXO 05 - Minuta de Termo de Contrato**

Uberlândia, data da assinatura eletrônica.

**Nome Arquivo: 1 EDITAL PE 057.2026 - ESTAÇÃO TOTAL.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEFr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 11/05/2026 09:57:45**



**20261351278NEC/PAG**

# ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:</b>	<b>3</b>
<b>2.</b>	<b>Previsão no Plano de Contratações Anual:</b>	<b>4</b>
<b>3.</b>	<b>Requisitos da Contratação:</b>	<b>4</b>
3.1.	Requisitos indispensáveis para atendimento da necessidade	4
3.2.	Padrões mínimos de qualidade do objeto	5
3.2.1.	Especificações técnicas mínimas – Estação Total Eletrônica	5
3.2.2.	Requisitos mínimos de software e interoperabilidade	5
3.2.3.	Requisitos mínimos de fornecimento, acessórios, treinamento	6
3.2.4.	Maturidade tecnológica e confiabilidade do fabricante	7
3.2.5.	Natureza do fornecimento	7
3.3.	Disponibilidade da solução e duração contratual	7
<b>4.</b>	<b>Quantidades:</b>	<b>7</b>
<b>5.</b>	<b>Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:</b>	<b>8</b>
5.1.	Alternativas consideradas (visão geral)	8
5.2.	Análise comparativa das alternativas	8
5.3.	Solução escolhida e justificativa	9
<b>6.</b>	<b>Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:</b>	<b>9</b>
<b>7.</b>	<b>Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:</b>	<b>10</b>
<b>8.</b>	<b>Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:</b>	<b>10</b>
<b>9.</b>	<b>Contratações Correlatas ou Interdependentes:</b>	<b>11</b>

10.	Demonstrativo dos Resultados Pretendidos.....	12
11.	Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:.....	12
12.	Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:.....	13
13.	Análise de Riscos .....	13
14.	Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 .....	14
15.	Posicionamento Conclusivo: .....	14

## **I. INFORMAÇÕES GERAIS**

### **Departamento Municipal de Água e Esgoto:**

Área solicitante: Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento.

Equipe responsável pela elaboração:

- Matheus Alexandre Segate Freitas
- Nicholas Lino Vieira Mota

## **II. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:**

### **1. Problema a ser resolvido e solução através da aquisição:**

O Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), por meio do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento, demanda continuamente a realização de levantamentos topográficos e geoespaciais de alta precisão para subsidiar atividades de fiscalização de obras, conferência de projetos, atualização cadastral das redes, apoio à operação e manutenção e planejamento de intervenções nos sistemas de saneamento.

Atualmente, a Autarquia dispõe de receptores GNSS como principal ferramenta para posicionamento e levantamento em campo, tecnologia que apresenta elevado desempenho em áreas abertas e com boa visada de satélites, porém possui limitações operacionais relevantes em cenários recorrentes na rotina do DMAE, especialmente em locais com obstrução do sinal, tais como: áreas com vegetação alta e densa, ambientes urbanos com edificações e interferências, regiões sob cobertura, estruturas internas e ambientes confinados, como galerias de drenagem, passagens subterrâneas, unidades operacionais e estruturas hidráulicas, onde o GNSS pode apresentar perda de fixação, degradação de precisão ou inviabilidade de medição.

A inexistência de uma Estação Total Eletrônica no parque de equipamentos do DMAE gera uma lacuna técnica, pois parte significativa das demandas de campo exige métodos de medição independentes de sinal de satélite, capazes de garantir precisão e confiabilidade em áreas cobertas ou com restrição de visada. Como consequência, os levantamentos tornam-se mais lentos, dependem de improvisos metodológicos, podem demandar retornos sucessivos ao local (retrabalho), além de limitar a execução de serviços mais complexos, como o cadastro detalhado de grandes galerias, a caracterização de estruturas hidráulicas em áreas de difícil acesso, a aferição precisa de elementos executivos em obras e a obtenção de geometria adequada para projetos em locais com restrições ambientais e operacionais.

A aquisição de uma Estação Total Eletrônica representa a solução técnica adequada para suprir essa deficiência, pois permite a realização de medições de ângulos e distâncias com alta precisão, em modos com prisma e sem prisma, possibilitando levantamentos confiáveis em ambientes onde o GNSS não atende plenamente. Trata-se de ferramenta essencial para o DMAE por ampliar a capacidade de execução de levantamentos em campo com controle geométrico rigoroso, elevando a

qualidade do levantamento cadastral e a rastreabilidade das medições, além de fortalecer o acompanhamento e a fiscalização de obras, garantindo maior precisão na verificação de alinhamentos, locações, cotas, seções e elementos executivos.

Ressalta-se que a estação total não substitui os receptores GNSS já utilizados, mas atua como tecnologia complementar, ampliando o leque de metodologias disponíveis e permitindo que as equipes escolham a técnica mais eficiente conforme o cenário: GNSS para áreas abertas e levantamentos ágeis, e estação total para locais cobertos/restritos ou demandas de maior detalhamento e controle geométrico. Dessa forma, a contratação proposta assegura maior autonomia técnica ao DMAE, reduz a dependência de terceiros em levantamentos específicos, diminui retrabalhos, melhora a produtividade operacional e garante informações mais consistentes para decisões técnicas e estratégicas relacionadas à manutenção, expansão e modernização da infraestrutura de saneamento.

## **2. Previsão no Plano de Contratações Anual:**

A presente aquisição não consta no Plano de Contratações Anual (PCA) do DMAE, motivo pelo qual sua inclusão será formalizada e registrada nos autos, com a devida aprovação da autoridade competente.

A contratação possui caráter pontual e estratégico, decorrente da constatação de lacuna tecnológica relevante: a inexistência de Estação Total Eletrônica no acervo da Autarquia. Trata-se de bem permanente, com vida útil extensa e cuja reposição não ocorre de forma periódica, destinado a ampliar significativamente a capacidade técnica para execução de levantamentos geoespaciais de alta precisão.

A demanda foi identificada em razão do aumento do volume e da complexidade das informações espaciais requeridas, especialmente em cenários onde receptores GNSS apresentam limitações — como ambientes com obstrução, vegetação densa ou estruturas cobertas — e onde a medição angular e linear com elevada acurácia é indispensável.

Dessa forma, justifica-se a ausência de previsão prévia no PCA, considerando que a aquisição supre necessidade técnica superveniente e contribui diretamente para a eficiência, confiabilidade e abrangência dos levantamentos e do acompanhamento de obras executados pelo DMAE.

## **3. Requisitos da Contratação:**

### **3.1. Requisitos indispensáveis para atendimento da necessidade**

A solução a ser contratada deverá consistir no fornecimento de Estação Total Eletrônica com características profissionais e desempenho compatível com as rotinas técnicas do DMAE, de modo a permitir a execução de levantamentos topográficos e cadastrais com elevada precisão e confiabilidade. O equipamento deverá atender às condições de operação em cenários recorrentes de campo, incluindo ambientes com restrição de visada e obstruções, como áreas com vegetação densa, estruturas cobertas, unidades operacionais e áreas urbanas com interferências, devendo operar tanto com prisma quanto em modo sem prisma, garantindo medições angulares e lineares adequadas às atividades de fiscalização de obras, conferência de projetos, atualização cadastral e apoio às intervenções de saneamento.

A contratação deverá contemplar o fornecimento de uma solução completa e operacional,

incluindo os componentes e acessórios indispensáveis ao pleno funcionamento do equipamento, evitando incompatibilidades e assegurando que a estação total seja entregue em condições de uso imediato. Também é necessário que a solução permita integração e interoperabilidade com os fluxos de trabalho utilizados pelo setor, possibilitando a coleta, armazenamento e exportação de dados em formatos compatíveis com ferramentas CAD e SIG, garantindo rastreabilidade e aproveitamento das informações produzidas.

Deverão ser asseguradas condições mínimas de garantia e assistência técnica nacional autorizada, com suporte adequado para manutenção e correções, reduzindo tempo de indisponibilidade e preservando a continuidade das atividades. Para garantir autonomia operacional e adequada utilização do equipamento, a contratação deverá incluir treinamento para operação da estação total e procedimentos associados. Esses requisitos são indispensáveis para assegurar que a solução permaneça disponível e operacional durante o período necessário à entrega, capacitação e formalização do recebimento do objeto, conforme será detalhado no item relativo à duração contratual.

### 3.2. Padrões mínimos de qualidade do objeto

Para que a solução atenda de forma efetiva às necessidades técnicas do DMAE, deverão ser observados padrões mínimos de qualidade relacionados ao desempenho, confiabilidade e robustez do equipamento, bem como às condições de operação, compatibilidade de dados e suporte à utilização em campo. Tais padrões serão assegurados por meio da definição de especificações técnicas mínimas, exigências de fornecimento completo e critérios de aceitação do objeto.

#### 3.2.1. Especificações técnicas mínimas – Estação Total Eletrônica

A estação total eletrônica deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações de desempenho e qualidade:

- Precisão angular mínima: 2" (dois segundos) ou melhor;
- Tempo de medição: 1 segundo ou menor, para leituras com ou sem prisma;
- Medição sem prisma: alcance mínimo de 500 m;
- Precisão linear de 2 mm + 2 ppm até 200 m;
- Medição com prisma: alcance mínimo de 3.000 m, com precisão linear de 1,5 mm + 2 ppm;
- Distância mínima de foco: aproximadamente 1,55 m ou menor;
- Retículo iluminado: com brilho ajustável e ponto visível;
- Ampliação: 30x;
- Proteção contra água e poeira: no mínimo IP66.

#### 3.2.2. Requisitos mínimos de software e interoperabilidade

O sistema de coleta e processamento de dados deverá assegurar condições mínimas de operação e compatibilidade com os fluxos do setor, incluindo:

- Compatibilidade com a estação total e operação em ambiente Windows CE ou superior (quando houver controladora dedicada);
- Licença de uso vitalícia;
- Funcionalidades mínimas:
  - utilização de dicionário de dados customizável;



- visualização gráfica dos pontos coletados em campo;
- cálculo de coordenada relativa em relação a linha base;
- fechamento de poligonal com visualização de pontos corrigidos;
- exportação de dados nos formatos DXF, lista de coordenadas e relatórios;
- salvamento/transferência de dados para mídia externa (ex.: USB/pen drive), quando houver suporte físico no equipamento ofertado.

#### 3.2.2.1. Processamento e ajuste integrado de dados GNSS e Estação Total

Considerando que os levantamentos do DMAE são executados com diferentes tecnologias (GNSS e métodos convencionais) e que parte das demandas exige integração e consistência geométrica entre observações, o software fornecido deverá, no mínimo, permitir o tratamento e ajuste conjunto dos dados, assegurando rastreabilidade e qualidade dos resultados.

a) permitir a importação de dados GNSS provenientes de levantamentos RTK e/ou pós-processados, incluindo arquivos RINEX e, quando aplicável, formatos nativos/proprietários do equipamento;

b) permitir a importação das observações brutas de estação total, contemplando, no mínimo, ângulos horizontais e verticais, distâncias inclinadas, alturas de instrumento e prisma e constantes instrumentais;

c) possibilitar o ajuste conjunto de redes mistas, integrando observações GNSS e convencionais por método de mínimos quadrados, com apresentação de análise estatística (ex.: resíduos e indicadores de qualidade) para controle e validação do levantamento;

d) permitir a definição e aplicação automática de fator combinado (projeção e elevação) e a criação/utilização de sistemas de coordenadas locais, tais como LTM (Transversa de Mercator Local) ou plano topográfico, conforme necessidade do projeto.

#### 3.2.3. Requisitos mínimos de fornecimento, acessórios, treinamento

Como padrão mínimo de qualidade do fornecimento, a solução deverá ser entregue em condições de uso imediato, acompanhada de acessórios indispensáveis à operação em campo, incluindo, no mínimo:

- Tripé topográfico;
- Bastão topográfico;
- Prisma com suporte;
- Base nivelante/tribrach, quando não integrada ao equipamento, devendo acompanhar a estação total de forma a permitir sua instalação e nivelamento adequados.
- Baterias adicionais;
- Carregador;
- Mala de transporte.

Deverá ser fornecido treinamento operacional presencial para operação do equipamento e utilização do software disponibilizado, de modo a permitir a execução de levantamentos e exportação de dados pelos servidores responsáveis.

O recebimento do objeto ficará condicionado à verificação documental do atendimento às especificações mínimas e à entrega integral do conjunto contratado, incluindo seus acessórios e itens previstos.

#### 3.2.4. Maturidade tecnológica e confiabilidade do fabricante

Justifica-se a exigência de maturidade tecnológica e confiabilidade do fabricante em razão da necessidade de garantir desempenho consistente, precisão e disponibilidade operacional em campo, reduzindo riscos de falhas, retrabalho e paralisações, considerando que o objeto será utilizado em atividades técnicas essenciais (levantamentos, fiscalização e atualização cadastral). Trata-se de critério de qualidade objetivo e proporcional, voltado à plataforma tecnológica e à capacidade do fabricante em assegurar suporte e continuidade de fornecimento, sem indicação de marca, admitindo comprovação por documentação técnica oficial.

a) O equipamento ofertado deverá integrar linha profissional consolidada do fabricante, pertencente a plataforma/família de produtos com histórico comprovado de utilização em campo em serviços topográficos, ainda que o modelo específico seja versão recente.

b) O fabricante deverá possuir atuação reconhecida no mercado de instrumentação topográfica ou geodésica, comprovada por catálogo oficial, manuais técnicos, portfólio institucional, publicações técnicas, certificações industriais, fornecimentos relevantes ou outros meios idôneos.

#### 3.2.5. Natureza do fornecimento

O objeto caracteriza-se como aquisição não continuada, por se tratar de fornecimento de bem permanente e com escopo definido, cujo atendimento se exaure com a entrega e o recebimento do equipamento e acessórios previstos. Ainda que exista necessidade de suporte e garantia durante o período contratual e/ou de garantia do fabricante, isso não configura fornecimento contínuo, mas obrigação acessória vinculada ao fornecimento do bem adquirido.

#### 3.3. Disponibilidade da solução e duração contratual

A contratação caracteriza-se como aquisição por escopo (não continuada), devendo a solução permanecer disponível à Administração pelo prazo necessário à entrega integral do equipamento e acessórios, realização de treinamento e verificação de conformidade técnica do objeto. Assim, o prazo de vigência contratual deverá ser suficiente para assegurar a conclusão do fornecimento e das obrigações associadas, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

### 4. Quantidades:

As quantidades foram definidas a partir da estrutura operacional atual, do volume de levantamentos executados pelo setor responsável e, principalmente, da necessidade de incorporar ao acervo da Autarquia uma solução completa de estação total para complementar o GNSS nas situações em que há restrição de visada, obstruções, cobertura e ambientes confinados, onde o GNSS pode apresentar limitações. Considerando a rotina de trabalho e o caráter de bem permanente e compartilhado, a aquisição de 01 (um) conjunto (kit) de Estação Total Eletrônica é suficiente para atender às demandas previstas, suprimindo a lacuna tecnológica identificada e ampliando a capacidade de levantamento, conferência e fiscalização com autonomia.

A contratação será estruturada como fornecimento de um conjunto completo, integrado e pronto para uso, composto pelo equipamento principal e pelos acessórios mínimos indispensáveis à sua operação contínua em campo. Essa abordagem evita a aquisição “fragmentada” de componentes que, embora isoladamente comuns no mercado, precisam ser funcionalmente compatíveis entre si e com o instrumento principal (fixações, encaixes, constantes, alimentação/recarga e rotinas de uso), além de preservar a coerência do conjunto para fins de treinamento, garantia e suporte técnico, reduzindo o risco de propostas incompletas ou de difícil conferência.

Dessa forma, será adquirido 01 (um) conjunto de Estação Total Eletrônica, contendo, no mínimo, os seguintes componentes, nas quantidades indicadas (mantidas as especificações técnicas estabelecidas no item de requisitos deste Estudo): estação total eletrônica (01 un); licença de software de uso perpétuo (01 un), compatível com o equipamento ofertado; tripé topográfico (01 un); bastão topográfico (01 un); prismas com suporte (02 un); baterias recarregáveis (02 un); carregador compatível (01 un). O conjunto deverá incluir, ainda, maleta rígida própria/compatível para transporte e armazenamento seguro da estação total e dos acessórios e, quando a base nivelante/tribrach não estiver integrada ao equipamento ofertado, deverá ser fornecida base nivelante/tribrach compatível (01 un), assegurando o uso imediato, seguro e padronizado do conjunto.

O dimensionamento do kit reflete necessidades práticas de campo e continuidade operacional: 01 tripé e o sistema de nivelamento garantem estabilidade e repetibilidade das medições; 02 prismas permitem operação mais fluida (incluindo situações de apoio/retaguarda e substituição rápida em caso de dano), além de ampliar a flexibilidade em levantamentos e conferências; 02 baterias e 01 carregador asseguram autonomia e previsibilidade durante rotinas externas, reduzindo risco de interrupção por indisponibilidade energética e permitindo alternância de uso/recarga; a maleta e demais itens de acondicionamento reduzem riscos de avarias no transporte e armazenamento. Em conjunto, essas quantidades asseguram que o equipamento não seja adquirido “apenas como instrumento”, mas como solução operacional efetivamente utilizável desde a entrega, com menor risco de paralisações, retrabalho e dependência de providências posteriores para colocá-lo em operação.

### **III. PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES**

#### **5. Levantamento de Mercado, Alternativas e Escolha da Solução:**

##### **5.1. Alternativas consideradas (visão geral)**

Foram consideradas três alternativas para atendimento da necessidade: (a) locação de estação total, (b) contratação de serviços especializados de topografia e (c) aquisição de estação total eletrônica (bem permanente).

##### **5.2. Análise comparativa das alternativas**

###### **a) Locação de estação total**

A locação atende demandas pontuais, porém apresenta limitações para a rotina do DMAE, por depender de disponibilidade do fornecedor, prazos de retirada/devolução e condições operacionais do equipamento disponibilizado. A alternância de modelos/configurações e a ausência de padronização do conjunto locado podem exigir checagens adicionais e dificultar a uniformidade dos levantamentos ao longo do tempo. Além disso, em cenário de uso recorrente, a locação tende a gerar custo acumulado sem formação de patrimônio, mantendo dependência externa.

#### b) Contratação de equipe/serviço de topografia

A contratação de serviço permite mobilização de equipe especializada, mas implica dependência de agenda e mobilização do contratado, o que pode reduzir a previsibilidade de atendimento em demandas emergenciais e rotineiras. Também demanda esforço de gestão e fiscalização contratual, e os produtos entregues podem variar conforme metodologia e padrões adotados, exigindo conferência interna e, em caso de inconsistências, retrabalho ou reexecução. Ressalta-se que essa alternativa não elimina a necessidade de capacidade interna de verificação, especialmente em atividades de fiscalização, nas quais o DMAE precisa produzir e confrontar dados de campo para validação de informações apresentadas por terceiros.

#### c) Aquisição de estação total eletrônica (bem permanente)

A aquisição internaliza a capacidade técnica e assegura disponibilidade imediata para levantamentos em ambientes nos quais o GNSS apresenta limitações, permitindo atuação contínua em apoio à fiscalização e ao acompanhamento de obras. O equipamento próprio favorece padronização de procedimentos, integração aos fluxos CAD/GIS e rastreabilidade do dado gerado, contribuindo para redução de retrabalho e melhoria da consistência das informações ao longo do tempo. Além disso, fortalece o controle de qualidade da Administração ao permitir medições próprias para confrontar, validar e auditar levantamentos apresentados por contratadas na execução e entrega de obras (contraprova técnica).

#### 5.3. Solução escolhida e justificativa

Diante das alternativas analisadas, a solução escolhida é a aquisição de Estação Total Eletrônica, por se mostrar mais aderente às demandas do DMAE, considerando a necessidade de disponibilidade e autonomia operacional, a padronização e confiabilidade dos dados e o reforço da fiscalização por contraprova técnica. A locação e a contratação de serviços permanecem como alternativas complementares e excepcionais, aplicáveis a situações específicas ou picos temporários de demanda.

### 6. Estimativa do Valor e Publicidade do Orçamento:

A estimativa do valor da contratação será definida a partir de pesquisa de preços realizada com registro das fontes consultadas, datas, condições comerciais consideradas (itens inclusos, garantia, prazos, assistência técnica e demais requisitos mínimos) e observações quanto à aderência das cotações ao escopo descrito neste Estudo Técnico Preliminar. A pesquisa buscará refletir o fornecimento do conjunto completo (equipamento e acessórios essenciais, e software quando aplicável), assegurando comparabilidade entre as propostas levantadas e aderência aos requisitos técnicos.

Modelo	Relação de Atendimento	Valor do Kit
Trimble HP C5 2"	Atende a todos os requisitos	R\$ 74.480,00
Topcon GM 52	Atende a todos os requisitos	R\$ 54.900,00
Leica TS07	Atende a todos os requisitos	R\$ 130.270,00

Ressalta-se que o mercado fornecedor para equipamentos que atendam aos requisitos mínimos é concentrado em revendas especializadas, o que será considerado na estratégia de contratação e na justificativa de competitividade.

Concluída a pesquisa, o valor estimado da contratação será R\$ 86.550,00, conforme evidenciado na tabela e nos documentos instrutórios anexos ao processo.

#### **IV. DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

##### **7. Descrição do Restante da Solução, Manutenção e Assistência Técnica:**

A solução consiste na aquisição de bem permanente (Estação Total Eletrônica) e dos itens necessários à sua operação segura e contínua em campo, de modo a ampliar a capacidade do DMAE para realização de levantamentos topográficos e cadastrais em cenários onde há restrição de visada e limitações ao uso de GNSS. O fornecimento deverá contemplar o equipamento principal e os acessórios essenciais para instalação, visada, alimentação energética e transporte, permitindo que a Administração utilize a estação total de forma imediata após a entrega.

De forma integrada, a solução inclui: estação total eletrônica com capacidade de medição angular e linear compatível com as rotinas do DMAE; conjunto básico para operação com prisma (prisma, bastão e suportes), estrutura de apoio e estabilidade (tripé e sistema de nivelamento próprio da estação total, integrado ou acompanhado de base nivelante/tribrach), alimentação e carregamento (baterias e carregador), além de acondicionamento e proteção para deslocamento e armazenamento (mala). A solução contempla, adicionalmente, software/licença de uso perpétuo e utilitários necessários à coleta/transfêrencia, tratamento e exportação dos dados gerados, com interoperabilidade com os fluxos CAD/GIS já adotados pelo setor.

Considerando que a efetividade do investimento depende da correta operação e do uso padronizado em campo, é recomendável que o fornecimento inclua treinamento técnico voltado à equipe usuária, contemplando, no mínimo, procedimentos de instalação, nivelamento e configuração, rotinas de medição com e sem prisma, organização/transfêrencia dos dados e orientações operacionais para reduzir erros, retrabalho e inconsistências. O treinamento deverá ocorrer em momento compatível com a entrega, assegurando condições de uso imediato e autonomia operacional da equipe.

Quanto à manutenção, trata-se de aquisição esporádica, com expectativa de vida útil prolongada, cujo uso não demanda contratação continuada para sua viabilização. As necessidades futuras concentram-se em ações de manutenção preventiva e corretiva, calibrações/metrologia quando aplicável, e reposição de itens de desgaste, como baterias e componentes acessórios, conforme utilização. Para mitigar risco de indisponibilidade e assegurar continuidade operacional, o Termo de Referência deverá prever garantia mínima e assistência técnica nacional autorizada, com canais formais de suporte, prazos de atendimento e possibilidade de encaminhamento do equipamento para manutenção especializada, quando necessário.

Por fim, não se identifica, neste momento, necessidade de infraestrutura adicional relevante para utilização da solução, uma vez que o equipamento e seus acessórios constituem conjunto autossuficiente para execução das medições e geração dos produtos técnicos esperados, observados os requisitos de interoperabilidade e de exportação de dados definidos para a contratação.

##### **8. Justificativa para Parcelamento ou Adjudicação Conjunta:**

O objeto desta contratação consiste em solução única e integrada de levantamento topográfico, composta por Estação Total Eletrônica, componentes de coleta/transferência e tratamento de dados (software de processamento de uso perpétuo), baterias, carregador, sistema de nivelamento da estação total (integrado ou acompanhado de base nivelante/tribrach) e acessórios de campo (tripé, prisma, bastão e maleta de transporte), destinada à atuação das equipes do DMAE em levantamentos cadastrais, topográficos e em apoio à fiscalização de obras.

Os componentes tecnológicos centrais – estação total, sistema de medição de distâncias e ângulos, alimentação elétrica e, quando previsto, recursos de coleta/transferência e processamento – são concebidos para operar de forma integrada, incluindo rotinas de configuração, armazenamento, exportação e suporte técnico do conjunto. A fragmentação da aquisição entre fornecedores distintos aumenta de forma relevante o risco de incompatibilidade funcional, de dificuldades na solução de falhas operacionais e de dispersão de responsabilidades em garantia e suporte técnico, contrariando a lógica de fornecimento de solução integrada, nos termos do art. 40, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere aos acessórios de campo (tripé, base nivelante/tribrach, prisma, bastão e suportes), embora existam padrões de roscas e encaixes no mercado, na prática esses itens compõem o kit operacional efetivamente utilizado em campo, influenciando diretamente a estabilidade do conjunto, a precisão do nivelamento, a repetibilidade das alturas instrumentais e a segurança no manuseio e transporte. A contratação prevê capacitação/treinamento prático com os servidores do DMAE, de forma que a instrução ocorra com o mesmo conjunto (equipamento e acessórios) que será utilizado na operação rotineira. A aquisição desses itens em lotes separados, com cronogramas e fornecedores distintos, amplia o risco de descompasso de entrega, podendo inviabilizar ou retardar o treinamento e a entrada em operação da solução, com impacto direto na eficiência do serviço.

A concentração do fornecimento em lote único também favorece a padronização e a gestão de responsabilidades: em caso de instabilidade, falha ou desempenho insatisfatório, a Administração tratará com um único fornecedor responsável pelo conjunto, evitando a pulverização de atribuições entre empresas distintas e facilitando a atuação em garantia e assistência técnica. Do ponto de vista administrativo, o parcelamento implicaria aumento de fornecedores, pedidos, recebimentos e rotinas de fiscalização, elevando a complexidade de gestão contratual sem evidência concreta de ganho econômico relevante que justifique a fragmentação.

Diante desse contexto, conclui-se que o tratamento do objeto como lote único, com julgamento pelo menor preço global do conjunto, mostra-se tecnicamente adequado e compatível com os princípios da padronização e da economicidade (art. 40, V, “a” e “b”), bem como com a hipótese do art. 40, §3º, II, da Lei nº 14.133/2021, segundo a qual o parcelamento não será adotado quando o objeto configurar sistema único e integrado e houver risco ao conjunto do objeto pretendido.

## **9. Contratações Correlatas ou Interdependentes:**

A presente contratação não depende de outras contratações em andamento ou previstas para viabilizar sua execução e operacionalização. Trata-se de aquisição pontual e autônoma de bem permanente, cujo fornecimento e uso se exaurem com a entrega do equipamento e acessórios previstos e treinamento, não sendo necessária aquisição simultânea de outros bens ou serviços para seu funcionamento.

Ressalta-se que, embora os dados produzidos pela estação total possam ser posteriormente integrados aos sistemas e rotinas já adotados pelo DMAE (CAD/GIS e bases geoespaciais), tais recursos já se encontram disponíveis e operacionais, não demandando adequações ou contratações

adicionais como condição para o uso do equipamento. Assim, não se identificam contratações correlatas ou interdependentes que condicionem o êxito desta aquisição, permanecendo a contratação plenamente viável de forma independente.

## **10. Demonstrativo dos Resultados Pretendidos**

A contratação tem por objetivo ampliar e qualificar a capacidade operacional do Núcleo de Cadastro Técnico dos Sistemas de Saneamento do DMAE, responsável pelos levantamentos cadastrais e topográficos que subsidiam fiscalização, conferência de projetos, atualização do cadastro técnico e apoio à execução de obras. Com a incorporação de uma Estação Total Eletrônica e do conjunto operacional necessário ao seu uso, pretende-se assegurar a obtenção de dados com maior confiabilidade em cenários nos quais o GNSS apresenta restrições, aumentando a previsibilidade de atendimento às demandas e a robustez técnica das informações produzidas.

São resultados pretendidos com a contratação:

- Ampliação da capacidade de levantamento em ambientes críticos, como áreas cobertas, com obstruções, vegetação densa ou geometrias complexas, viabilizando medições que atualmente dependem de soluções mais lentas ou de apoio externo.
- Melhoria da consistência e rastreabilidade dos dados de campo, com procedimentos padronizados e integração ao fluxo CAD/GIS, reduzindo inconsistências e facilitando a validação e reaproveitamento das informações no cadastro técnico.
- Aprimoramento do suporte à fiscalização e ao acompanhamento de obras, permitindo medições próprias para conferência de elementos executados e comparação com projetos e registros apresentados por contratadas, aumentando a segurança técnica e reduzindo risco de divergências.
- Redução de retrabalho e de remobilizações, ao permitir coleta completa e precisa no primeiro atendimento, minimizando retornos a campo por limitações de equipamento ou por falta de dados complementares.
- Aumento de produtividade e previsibilidade operacional, com maior capacidade de resposta às demandas do núcleo, especialmente em situações de urgência, inspeções e intervenções em campo.
- Fortalecimento do acervo técnico da Autarquia, elevando o nível de detalhamento e precisão das bases geoespaciais utilizadas para planejamento, manutenção, expansão e modernização dos sistemas de saneamento.

Em síntese, a contratação busca não apenas suprir uma lacuna operacional, mas consolidar uma capacidade técnica permanente do DMAE para produzir informações confiáveis, comparáveis e utilizáveis ao longo do tempo, com impacto direto na qualidade do cadastro, na fiscalização e na tomada de decisão.

## **11. Providências a Serem Adotadas para a Contratação e Execução:**

Não há contrato vigente com objeto idêntico ou que demande substituição direta, de modo que não se prevê transição contratual. A execução da contratação se concentrará no fornecimento do equipamento e acessórios e realização do treinamento, conforme critérios a serem definidos no Termo de Referência.

A entrega e a utilização do equipamento não exigem adequações físicas específicas no



ambiente da unidade requisitante, sendo suficientes providências administrativas internas para organização de local seguro e apropriado para guarda, acondicionamento e controle patrimonial do bem. Também não se identifica necessidade de licenças, outorgas ou autorizações externas para uso da solução proposta, por se tratar de instrumento de medição topográfica utilizado nas atividades rotineiras do DMAE.

Como providência essencial, deverá ser assegurada a capacitação dos servidores que operarão o equipamento e o software fornecido, de modo a padronizar procedimentos, reduzir erros operacionais e viabilizar o uso imediato após a entrega e conferência.

## **12. Possíveis Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras:**

A contratação consiste na aquisição de bem permanente (estação total eletrônica e acessórios), não envolvendo obras civis, supressão vegetal, intervenções diretas no meio físico ou processo produtivo executado pelo DMAE que demande licenciamento ambiental ou Estudo de Impacto Ambiental, razão pela qual não se identificam impactos ambientais negativos relevantes associados à fase de contratação e uso do equipamento, nos termos usualmente aplicáveis à Resolução CONAMA nº 001/1986.

Ainda assim, por se tratar de equipamento eletroeletrônico e acessórios com componentes sujeitos a desgaste (baterias, carregadores e itens correlatos), deverão ser observadas medidas de mitigação relacionadas à gestão de resíduos e ao ciclo de vida do bem, especialmente: acondicionamento e armazenamento adequados para prolongar a vida útil, prevenção de danos por umidade/poeira/impacto durante transporte e guarda, e destinação final ambientalmente adequada ao término da vida útil. Recomenda-se que o Termo de Referência contemple, quando aplicável, obrigações da contratada relacionadas à logística reversa e destinação ambientalmente correta de componentes e resíduos eletroeletrônicos, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e regulamentações pertinentes.

Como impacto ambiental positivo indireto, a disponibilidade de medições mais precisas e rastreáveis tende a contribuir para melhor planejamento e fiscalização de intervenções, reduzindo retrabalhos, deslocamentos repetidos a campo e intervenções desnecessárias no solo, com ganhos de eficiência e menor geração indireta de resíduos e desperdícios associados à execução de obras.

Por fim, não se vislumbra necessidade de adequações estruturais ou ambientais pela Administração para recebimento e uso do equipamento, sendo suficientes providências internas de guarda e conservação compatíveis com bens patrimoniais.

## **13. Análise de Riscos**

A contratação envolve a aquisição de bem permanente de natureza técnica (Estação Total Eletrônica e acessórios), destinado a atividades de levantamento e apoio à fiscalização. Por se tratar de equipamento com especificações objetivas e operação especializada, os principais riscos concentram-se na aderência técnica do fornecimento, na confiabilidade do pós-venda (garantia/assistência) e na implantação operacional (treinamento e padronização de uso). Não se identificam riscos ambientais relevantes associados à utilização do equipamento, permanecendo como ponto de atenção a destinação adequada de componentes eletroeletrônicos ao final da vida útil, quando aplicável.

Os riscos principais mapeados e as medidas mitigadoras previstas são:

- Risco de fornecimento em desconformidade com os requisitos técnicos (equipamento, acessórios, software).  
**Mitigação:** detalhamento de requisitos mínimos no Termo de Referência, com critérios objetivos de aceitabilidade; checklist de conferência de itens inclusos; exigência de documentação técnica; conferência de conformidade no recebimento com base em documentação e checklist.
- Risco de incompatibilidade operacional e de fluxo de dados com os procedimentos e formatos usuais do DMAE (ex.: exportação/integração com CAD/GIS).  
**Mitigação:** especificação no TR de formatos de exportação e requisitos de interoperabilidade; validação, no recebimento, de amostras de arquivos gerados e do fluxo básico de transferência/processamento.
- Risco de indisponibilidade ou baixa efetividade do suporte técnico (atrasos em garantia, ausência de assistência autorizada, demora de reposição).  
**Mitigação:** previsão de garantia mínima e assistência técnica nacional autorizada; definição de canais e prazos mínimos de atendimento/diagnóstico; obrigação de suporte durante o período de garantia e orientação técnica para operação e manutenção preventiva.
- Risco de atraso na entrega, com impacto no planejamento das atividades de fiscalização/levantamento.  
**Mitigação:** definição de prazos e condições de entrega no TR; previsão de sanções por atraso; acompanhamento do cronograma e registro formal de ocorrências para adoção tempestiva de medidas.
- Risco de subutilização do equipamento por ausência de padronização e capacitação (curva de aprendizado e variabilidade de procedimentos).  
**Mitigação:** inclusão de treinamento prático para a equipe usuária (operação, rotinas de medição, transferência de dados e boas práticas); orientação para padronização interna de procedimentos; conferência inicial pós-treinamento com base em checklist e documentação, antes da formalização do recebimento do objeto.
- Risco de deterioração prematura por transporte/armazenamento inadequados e manutenção preventiva insuficiente.  
**Mitigação:** exigência de mala/solução de acondicionamento e manuais em português; organização de local seguro para guarda; orientações de conservação e rotinas básicas de verificação.

Com a adoção dessas medidas, considera-se que os riscos são administráveis e proporcionais à natureza do objeto, mantendo-se a contratação tecnicamente viável e alinhada ao objetivo de ampliar a capacidade de medição e fiscalização do DMAE com maior confiabilidade e autonomia operacional.

## V. CONCLUSÃO

### 14. Justificativa em cumprimento ao art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021

Os elementos opcionais que não foram contemplados neste estudo foram dispensados por não se adequarem ao caso concreto, conforme permissivo do art. 18, §2º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.


### 15. Posicionamento Conclusivo:

Após as análises apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é tecnicamente adequada, viável e recomendável, consistindo na aquisição de Estação Total Eletrônica e do conjunto operacional indispensável à sua utilização (acessórios essenciais, treinamento e suporte/assistência técnica), com vistas a suprir lacuna relevante na capacidade de medição do DMAE. A solução selecionada atende à necessidade de realização de levantamentos topográficos e cadastrais de alta precisão, especialmente em cenários nos quais o GNSS apresenta limitações, como ambientes cobertos, com obstruções, vegetação densa ou geometrias complexas.

A opção pela aquisição mostrou-se mais aderente que alternativas como locação ou contratação de serviços, por assegurar disponibilidade imediata, autonomia operacional e padronização dos procedimentos de campo, além de permitir integração com os fluxos de trabalho já adotados pela Autarquia (CAD/GIS) e maior rastreabilidade dos dados produzidos. Destaca-se, ainda, o ganho institucional associado ao fortalecimento da fiscalização e do controle de qualidade, ao permitir que o DMAE realize medições próprias para confrontar, validar e auditar informações e levantamentos apresentados por contratadas na execução e entrega de obras (contraprova técnica), aumentando a segurança técnica e reduzindo riscos de inconsistências.

A contratação, por se tratar de bem permanente, possui expectativa de vida útil prolongada e não demanda fornecimento contínuo para viabilização do seu uso, sendo os principais riscos associados ao atendimento de requisitos técnicos, ao recebimento e ao pós-venda (garantia/assistência) mitigáveis por especificações objetivas no Termo de Referência, critérios de recebimento e treinamento da equipe usuária. Assim, entende-se que a aquisição proposta está alinhada ao interesse público, aos objetivos institucionais do DMAE e aos princípios da eficiência, economicidade e padronização, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Uberlândia-MG, 24 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA**  
Data: 16/04/2026 12:07:10-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---


**Nicholas Lino Vieira Mota**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**MATHEUS**  
**ALEXANDRE SEGATE**  
**FREITAS:11112938648**

Assinado de forma digital por  
MATHEUS ALEXANDRE SEGATE  
FREITAS:11112938648  
Dados: 2026.04.16 14:09:39 -03'00'

---

**Matheus Alexandre Segate Freitas**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

Documento assinado digitalmente  
 **LUIZ HENRIQUE FERREIRA DE ATHAYDES**  
Data: 16/04/2026 14:50:51-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

**Luiz Henrique Ferreira de Athaydes**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

## **I. APÊNDICE I – EVIDÊNCIAS DA PESQUISA DE MERCADO**

Este apêndice reúne, para fins de controle interno, as evidências documentais utilizadas como base informativa para a estimativa de valor e para a avaliação de comparabilidade das cotações consideradas no processo, incluindo dados de identificação do fornecedor, data, condições comerciais e descrição do modelo ofertado. As informações aqui consolidadas permitem verificar a aderência de cada proposta ao escopo do kit definido neste ETP, bem como a coerência dos valores utilizados como referência.

A seguir, apresenta-se a relação das propostas/cotações obtidas:

### **Trimble HP C5 2”**

Empresa: Santiago & Citra

CNPJ: 51.536.795/0006-00

Data: 24/02/2026

Modelo: Atende aos requisitos estabelecidos

Inclui: 1 estação total, 1 licença de software de processamento de dados, 1 tripé de alumínio, 1 bastão topográfico, 2 prismas com suporte, 4 baterias, 1 carregador, 1 case de transporte, 1 manual e 1 cabo de transferência de dados

Garantia: 01 (um) ano para a Estação Total, 03 (três) meses para os acessórios

Frete: Incluso tipo CIF

### **Topcon GM 52**

Empresa: Embratop

CNPJ: 03.497.158/0001-07

Data: 25/02/2026

Modelo: Atende aos requisitos estabelecidos

Inclui: 1 estação total, 1 licença de software de processamento de dados, 1 tripé de alumínio, 2 bastões topográficos, 2 prismas com suporte, 2 baterias, 1 carregador, 1 case de transporte, e 1 pen drive para transferência de dados

Garantia: 02 (um) anos para a Estação Total e 12(doze) meses para acessórios

Frete: Incluso

### **Leica TS07**

Empresa: Teomac

CNPJ: 01.566.632/0001-80

Data: 25/02/2026

Modelo: Atende aos requisitos estabelecidos

Inclui: 1 estação total, 1 licença de software de processamento de dados, 1 tripé de alumínio, 1 bastão topográfico, 2 prismas com suporte, 2 baterias, 2 carregadores e 1 case de transporte

Garantia: 01 (um) ano para a Estação Total e acessórios

Frete: Incluso tipo CIF

**Nome Arquivo: 01 Estudo Tecnico Preliminar e Termo de Referenc.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MATHEUS ALEXANDRE SEGATE FREITAS  
11112938648**

**Certificado: \*\*b027a6b8\*\*\*\*\*74cac899\*\*48670\*\*\*\*\*40eee**

**Data Validade: 30/07/2026**

**Data: 16/04/2026 14:52:43**



**ASSINATURA DIGITAL**

**6f3b009cb1fe71e2dec349a9935ccb96**

**Nome Arquivo: 2 ANEXO 01 - Estudo Técnico Preliminar.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEFr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 11/05/2026 09:57:45**



**20261351278NEC/PAG**

# **TERMO DE REFERÊNCIA**

## **SUMÁRIO**

<b>I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO</b>	<b>3</b>
1. Do objeto	3
2. Valor estimado	5
3. Prazo de vigência e instrumento contratual	6
<b>II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>6</b>
4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação	6
5. Da descrição da solução	6
<b>III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO</b>	<b>6</b>
6. Do Estudo Técnico Preliminar	6
<b>IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>6</b>
7. Da Sustentabilidade	6
8. Da exclusividade de participação de ME e EPP	7
9. Da participação de consórcios	7
10. Da participação de cooperativas	8
11. Da subcontratação	8
12. Garantia de contratação	8
<b>V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO</b>	<b>8</b>
13. Condições de entrega	8
14. Garantia, manutenção e assistência técnica	8
<b>VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO</b>	<b>10</b>
15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato), no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.	10
<b>VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO</b>	<b>13</b>
16. Forma de seleção	13
17. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto	13
<b>VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA</b>	<b>13</b>
18. Da exigência de carta de solidariedade	13
<b>IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO</b>	<b>14</b>
19. Habilitação jurídica	14
20. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária	16
21. Qualificação Técnica	17
22. Qualificação Econômico-Financeira	18
<b>X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>19</b>
<b>XI. APÊNDICE I – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA</b>	<b>21</b>
<b>XII. APÊNDICE II – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS</b>	<b>22</b>
1. Diretrizes Gerais	22
2. Riscos de Planejamento	22

<b>3.</b>	<b>Riscos de Seleção do Fornecedor</b>	<b>22</b>
<b>4.</b>	<b>Riscos de Fornecimento</b>	<b>23</b>
<b>5.</b>	<b>Riscos Técnicos e Operacionais</b>	<b>23</b>
<b>6.</b>	<b>Riscos Econômico-Financeiros</b>	<b>24</b>
<b>7.</b>	<b>Riscos Jurídico-Administrativos</b>	<b>24</b>
<b>8.</b>	<b>Critério Geral de Alocação</b>	<b>25</b>
<b>XIII.</b>	<b>APÊNDICE III – IMAGENS DE REFÊRENCIA</b>	<b>26</b>



## DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

### I. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

#### 1. Do objeto

1.1. Aquisição de Estação Total Eletrônica, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	MPE ou AC*	ESPECIFICAÇÃO	CADASTRO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AC	Kit Estação Total Eletrônica – fornecimento completo e pronto para uso	SIM	Unidade	1		

Ressalta-se que as informações detalhadas sobre a análise comparativa das propostas e a justificativa da escolha dos itens encontram-se descritas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), que embasa a presente contratação.

#### ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COMPLEMENTARES:

O atendimento aos requisitos deverá ser comprovado por documentação técnica clara do produto (catálogo, ficha técnica, manual ou equivalente). Manuais/fichas oficiais e certificados rastreáveis são aceitos como reforço, sem obrigatoriedade. Não serão aceitos materiais publicitários ou documentos com ressalvas que impeçam a verificação objetiva das especificações do modelo ofertado. O fornecedor deverá assegurar garantia e assistência técnica nacional autorizada, indicando o canal de suporte/atendimento no Brasil e os dados do(s) responsável(is) pelo suporte, conforme previsto no ETP.

Constam ao final deste Termo de Referência imagens de referência dos equipamentos e acessórios, inseridas exclusivamente para apoio visual e melhor compreensão da composição do conjunto e de seus componentes. Tais imagens são meramente ilustrativas e não definem marca, modelo, fabricante ou configuração específica, nem substituem as especificações técnicas e requisitos estabelecidos no ETP/TR, prevalecendo sempre o conteúdo descritivo e os critérios objetivos previstos neste instrumento.

#### Item 1 – Kit Estação Total Eletrônica (01 un)

Fornecimento de Estação Total Eletrônica de uso profissional, instrumento topográfico destinado à medição de ângulos e distâncias e à determinação de coordenadas de pontos em campo, normalmente composta por unidade óptico-eletrônica com luneta e medidor

eletrônico de distância (EDM), montada sobre base de nivelamento e instalada em tripé, com operação por teclado/tela integrada e alimentação por bateria recarregável.

Requisitos mínimos de desempenho e construção do equipamento principal: deverá operar com prisma e sem prisma, apresentando precisão angular mínima de 2" (dois segundos) ou melhor; medição sem prisma com alcance mínimo de 500 m; precisão linear mínima de 2 mm + 2 ppm até 200 m; e medição com prisma com alcance mínimo de 3.000 m e precisão linear mínima de 1,5 mm + 2 ppm. O equipamento deverá possuir tempo de medição de 1 s ou menor, luneta com ampliação de 30x, retículo iluminado com ajuste de brilho e distância mínima de foco aproximada de 1,55 m ou menor, bem como grau de proteção mínimo IP66 contra poeira e água.

O fornecimento deverá ocorrer como conjunto completo, integrado e pronto para uso, incluindo, no mínimo, os componentes a seguir, nas quantidades indicadas:

(i) **Base nivelante/tribrach**, quando não integrada ao equipamento ofertado;

(ii) **Maleta rígida própria/compatível**, para transporte e armazenamento seguro;

(iii) **Licença de uso de software**, de caráter perpétuo, compatível com a estação total eletrônica ofertada, destinada à coleta, gerenciamento e processamento dos dados de levantamento, incluindo rotinas de configuração, organização e exportação das informações produzidas em campo. O software deverá permitir a utilização de dicionário de dados customizado pelo usuário, visualização gráfica dos pontos coletados, cálculo de coordenadas relativas em relação a uma linha base, fechamento de poligonal com visualização de pontos corrigidos e geração de relatórios, bem como exportação de arquivos em formatos usuais de interoperabilidade, incluindo, no mínimo, DXF e lista de coordenadas; e, sempre que aplicável ao ecossistema ofertado, possibilitar o salvamento/transferência direta de dados para mídia externa;

(iv) **Tripé topográfico de alumínio**, do tipo "tripé seco", padrão de mercado para instrumentação topográfica, robusto e adequado ao uso em levantamentos, com sistema de travamento seguro das pernas e boa estabilidade. Deverá ser compatível com a estação total ofertada e/ou com a base nivelante/tribrach fornecida, incluindo compatibilidade com o sistema de fixação/rosqueamento utilizado no conjunto, normalmente padrão 5/8"-11, ou equivalente plenamente compatível;

(v) **Bastão topográfico ajustável** (telescópico), padrão de mercado, destinado ao uso em conjunto com prisma e suporte para medições com estação total, adequado para operação em campo e com travamento seguro para ajuste de altura. Deverá possuir bolha de nível para auxílio no alinhamento vertical durante as medições, bem como graduação/escala para definição de altura, e ser compatível com o prisma e respectivo suporte ofertados, incluindo compatibilidade com o sistema de fixação/rosqueamento utilizado no conjunto, normalmente padrão 5/8"-11, ou equivalente plenamente compatível. Deverá ser confeccionado em material resistente e adequado ao uso em campo, tal como alumínio, fibra de carbono ou equivalente, assegurando estabilidade e durabilidade na utilização rotineira, e possuir altura mínima de aproximadamente 1,80 m em sua trava mais baixa (posição recolhida), admitindo-se variações equivalentes;

(vi) 02 (dois) **prismas topográficos** com respectivos suportes, padrão de mercado, destinados à operação com estação total eletrônica para medições com prisma, adequados ao uso em campo e compatíveis com o equipamento ofertado. Deverão possuir constante/offset declarada e compatível com a estação total ofertada, permitindo-se a configuração da constante

do prisma durante a operação. O conjunto deverá incluir suporte metálico tipo garfo e alvo (target) de pontaria, assegurando posicionamento estável e visibilidade para visada, além de permitir fixação segura no bastão topográfico fornecido, incluindo compatibilidade com o sistema de rosqueamento utilizado no conjunto, normalmente padrão 5/8"–11, ou equivalente plenamente compatível;

(vii) 02 (duas) **baterias recarregáveis**, do tipo pack removível, padrão de mercado e compatíveis com a estação total eletrônica ofertada, destinadas a assegurar autonomia operacional em campo. As baterias deverão ser novas, apropriadas ao uso profissional, com encaixe/trava compatíveis com o equipamento e identificação do modelo/compatibilidade, sendo admitidos formatos e dimensões típicos do fabricante para o modelo ofertado, sem exigência de formato específico. Do ponto de vista elétrico, deverão ser do tipo íon-lítio (Li-ion) ou tecnologia equivalente, com tensão nominal compatível com o equipamento e energia nominal mínima de 30 Wh (ou superior) por unidade, conforme especificação declarada em documentação técnica do produto;

(viii) **Carregador de baterias múltiplo**, padrão de mercado, destinados à recarga das baterias ofertadas, com capacidade para carregar simultaneamente, no mínimo, 02 (duas) baterias por vez, por meio de berços/encaixes compatíveis e fixação segura durante a recarga. Deverão possuir indicação de status (por exemplo, LEDs ou display) e recursos usuais de proteção (tais como proteção contra sobrecarga, curto-circuito e inversão de polaridade, quando aplicável). O conjunto **carregador + fonte** deverá operar em alimentação CA bivolt automática (100 a 240 V, 50/60 Hz), devendo acompanhar fonte de alimentação e cabos compatíveis com o próprio carregador, compondo conjunto pronto para uso.

Deverá ser ofertado, ainda, treinamento presencial para uso do equipamento e rotinas básicas de medição, transferência e processamento de dados, além de garantia e assistência técnica nacional autorizada, conforme demais disposições deste Termo de Referência. Aplicam-se, ainda, os demais requisitos e condições técnicas previstos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa esta contratação, no que não conflitarem com o presente TR.

1.2. Nenhum objeto desta contratação se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Federal nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, posto que se enquadram aos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## 2. Valor estimado

2.1. Os preços foram formados conforme Relatório de Pesquisa de Preços, que compõe a documentação que instrui esta demanda.

2.1.1. A data de consolidação do orçamento é: 03/03/2026

2.2. O custo estimado global da contratação é de R\$ 64.690,00 (Sessenta e quatro mil seiscentos e noventa reais).

2.3. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

### **3. Prazo de vigência e instrumento contratual**

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 90(noventa) dias contados do assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **4. Do Estudo Técnico Preliminar e fundamentação da contratação**

4.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

### **5. Da descrição da solução**

5.1. Embora exista Plano de Contratações Anual (PCA) vigente, a presente contratação não foi prevista no PCA do exercício, por decorrer de necessidade identificada no curso do período, relacionada à insuficiência de recursos instrumentais para levantamentos em ambientes com restrição de visada e obstruções e ao reforço da capacidade de conferência e fiscalização. A fundamentação técnica e o detalhamento da necessidade constam do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa este Termo de Referência.

## **III. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

### **6. Do Estudo Técnico Preliminar**

6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que será publicado ao final do processo.

## **IV. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **7. Da Sustentabilidade**

7.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no Estudo Técnico Preliminar como requisito previsto em lei especial

## **8. Da exclusividade de participação de ME e EPP**

8.1. A presente licitação será destinada à ampla concorrência, uma vez que se enquadra no inciso II e III do art. 49, da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

8.1.1. No levantamento de mercado realizado para a formação da estimativa, não foram identificados, em número suficiente, fornecedores enquadrados como ME/EPP capazes de atender integralmente às exigências técnicas e às condições mínimas de suporte e garantia estabelecidas, tendo sido obtida apenas uma resposta de fornecedor enquadrado como ME/EPP.

8.1.2. Ademais, dentre as cotações aderentes ao escopo do kit completo e às condições comerciais comparáveis, as propostas de menor preço foram apresentadas por fornecedores não enquadrados como ME/EPP, de modo que a restrição de participação exclusivamente a ME/EPP tende a comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa, em prejuízo à economicidade.

8.1.3. Considera-se, ainda, que o objeto demanda suporte técnico especializado, com previsão de comprovação de vínculo para garantia/assistência e fornecimento de peças, de modo que a limitação da disputa a ME/EPP pode reduzir a competitividade e elevar o risco de certame deserto ou fracassado, razão pela qual se afasta a aplicação do tratamento diferenciado do art. 48.

## **9. Da participação de consórcios**

9.1. A vedação à participação de empresas consorciadas ou agrupadas justifica-se porque o Município de Uberlândia coaduna com o entendimento de que a admissão de consórcios nas licitações é recomendada quando o objeto licitado for considerado de alta complexidade ou vulto, pois nestes casos está diretamente relacionada à ampliação da competitividade, no sentido de permitir a participação de empresas que, isoladamente, não atenderiam a todos os requisitos de qualificação técnica e/ou econômico-financeira exigidos no instrumento convocatório. Em se tratando de licitações destinadas à aquisição de produtos se vislumbra restrição no universo de possíveis licitantes, pois as empresas participantes, em sua maioria, já apresentam o mínimo exigido no tocante à qualificação técnica e econômico-financeira para a execução de contratos dessa natureza. Nestes casos, portanto, a vedação à participação de consórcios não acarretará em prejuízos à competitividade do certame, muito pelo contrário, o objetivo é justamente evitar que a reunião de empresas por meio de consórcios, quando poderiam estar ofertando lances de modo individual, reduza o número de licitantes com propostas independentes, o que diminuiria, conseqüentemente, a concorrência, não sendo demais atentar quanto ao aumento da possibilidade de cartelização do mercado para manipular os preços nas licitações.

## **10. Da participação de cooperativas**

10.1. Será permitida a participação de Sociedades Cooperativas, e serão exigidos para fins de habilitação jurídica os documentos previstos no tópico de Habilitação Jurídica deste Termo.

## **11. Da subcontratação**

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

11.2. A vedação de subcontratação refere-se à transferência do objeto principal a terceiros, não impedindo a utilização de transportadoras e de rede autorizada para suporte/garantia, sob responsabilidade integral do Contratado.

## **12. Garantia de contratação**

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

# **V. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **13. Condições de entrega**

13.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da emissão da nota de empenho ou assinatura da ordem de fornecimento, em remessa única.

13.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Benjamin Magalhães, 1 - Tibery, Uberlândia - MG, 38405-142.

13.2.1. Horário de entrega: de segunda-feira à sexta-feira das 8h às 16h30.

13.3. Caso não seja possível a entrega no prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5(cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

## **14. Garantia, manutenção e assistência técnica**

14.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12(doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

14.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

14.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

14.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 20(vinte) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

14.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

14.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

14.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **VI. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**15. O modelo de gestão do contrato está detalhado na MINUTA DE CONTRATO ou, quando a formalização do contrato se der por instrumento equivalente (dispensa de contrato), no APÊNDICE I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO.**

Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

15.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

15.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de entrega/execução das etapas (entrega, recebimento e treinamento) será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostila, quando cabível.

15.3. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim, com identificação do remetente e rastreabilidade.

15.4. A Administração poderá convocar representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, especialmente em situações de não conformidade, necessidade de substituição, ajustes na entrega e demais ocorrências relacionadas à execução.

15.5. Após a formalização do contrato ou instrumento equivalente, **poderá** ser realizada reunião inicial com representante da Contratada para alinhamento de rotinas de entrega, recebimento, treinamento presencial, canais de comunicação, prazos e demais aspectos operacionais relevantes à execução do objeto.

15.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e gerida por gestor do contrato, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, e demais normativos internos aplicáveis.



15.7. Compete à fiscalização acompanhar a execução para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento contratual, anotando no histórico de gerenciamento do contrato as ocorrências relacionadas à execução e descrevendo o necessário à regularização de faltas ou defeitos observados.

15.7.1. Identificada inexatidão, irregularidade ou não conformidade, a fiscalização emitirá notificação à Contratada para correção, com fixação de prazo compatível com a natureza do ajuste, sem prejuízo das sanções cabíveis.

15.7.2. A fiscalização informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, situações que demandem decisão ou providências que ultrapassem sua competência, inclusive aquelas que possam comprometer prazos, recebimento, liquidação e pagamento.

15.8. Compete à fiscalização verificar, a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhar a documentação relacionada à entrega/recebimento, empenho, liquidação e pagamento, bem como as obrigações de garantia, manutenção e assistência técnica previstas neste Termo de Referência.

15.8.1. Ocorrendo descumprimento de obrigações contratuais, a fiscalização atuará tempestivamente na solução do problema e reportará ao gestor do contrato para adoção das providências cabíveis, quando necessário.

15.9. Compete ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização, assegurando que constem os registros formais da execução, tais como comunicações, notificações, recebimentos, ocorrências, alterações e eventuais prorrogações/ajustes, quando cabíveis.

15.9.1. O gestor acompanhará os registros realizados pela fiscalização, providenciará as medidas administrativas necessárias à regular execução e, quando for o caso, submeterá à autoridade competente as matérias que extrapolem sua competência.

15.9.2. O gestor do contrato adotará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização, quando cabível, para fins de aplicação de sanções, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e normativos internos.

15.10. Ao final da execução, a fiscalização e a gestão providenciarão os registros de encerramento, incluindo relatório/registro final quanto ao cumprimento do objeto, desempenho e ocorrências relevantes, indicando, quando aplicável, pontos de melhoria para futuras contratações.

15.11. Para fins de recebimento do objeto, a fiscalização deverá realizar conferência por checklist, contemplando, no mínimo: (i) verificação das quantidades e componentes do kit efetivamente entregues; (ii) identificação do modelo e, quando aplicável, número de série do equipamento principal; (iii) conferência de integridade física e acondicionamento; (iv) verificação da entrega de manuais e/ou documentação técnica disponível; e (v) conferência de que os itens entregues correspondem às especificações do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar (ETP), no que couber.

15.12. Constatada qualquer divergência, ausência de item, inconformidade técnica ou avaria, a fiscalização deverá registrar a ocorrência e notificar a Contratada para correção, complementação ou substituição, fixando prazo para saneamento, sem prejuízo das demais medidas previstas no contrato, no edital e na legislação aplicável.

15.13. O treinamento presencial previsto no objeto deverá ser agendado pela Contratada em comum acordo com a Administração e realizado em até 15 (quinze) dias úteis, contados da entrega e do recebimento provisório do equipamento, no Município de Uberlândia, preferencialmente nas dependências do DMAE de Uberlândia, no endereço Av. Rondon Pacheco, 6400 - Tibery, Uberlândia - MG, 38405-142, ou em outro local indicado pela Administração, sem ônus adicional.

15.13.1. O treinamento integra as obrigações de fornecimento e deverá ocorrer antes do recebimento definitivo.

15.14. A comprovação do treinamento ocorrerá mediante, no mínimo: (i) lista de presença assinada pelos participantes e pelo instrutor, com data, local e carga horária; e (ii) registro sucinto do conteúdo ministrado (programa/roteiro) e identificação do instrutor e da empresa responsável, podendo a Administração solicitar documentos complementares caso necessário.

15.15. Para fins de acionamento de garantia/manutenção/assistência técnica, as solicitações da Administração deverão ser formalizadas por escrito (preferencialmente por e-mail), com descrição do defeito, identificação do equipamento (modelo e, número de série), evidências disponíveis (fotos, vídeos ou relatórios) e dados de contato para agendamento de retirada/coleta, quando cabível.

15.16. A Contratada deverá acusar o recebimento do chamado e informar o número de protocolo/ordem de serviço (quando existente), bem como orientar o procedimento de atendimento, em prazo razoável, de modo a permitir o acompanhamento pela fiscalização e a rastreabilidade do suporte prestado, sem prejuízo dos prazos de reparo/substituição já definidos no item de Garantia, manutenção e assistência técnica.

## **VII. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DE PARCELAMENTO**

### **16. Forma de seleção**

16.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento LICITATÓRIO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM (PREÇO GLOBAL DO KIT).

### **17. Justificativa de parcelamento ou aglutinação do objeto**

17.1. A adjudicação será global, com fundamento no art. 40, §3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pois o objeto corresponde a solução completa e operacional de Estação Total Eletrônica, composta por equipamento principal e itens indissociáveis ao seu uso regular (software, acessórios de apoio/installação, alimentação e recarga, componentes de medição, acondicionamento e treinamento), cujo fornecimento deve ocorrer de forma conjunta e compatível, permitindo a entrada imediata em operação e a responsabilização integral do fornecedor pelo desempenho do conjunto.

17.2. O parcelamento em itens distintos aumenta de forma relevante os riscos de: (i) incompatibilidade técnica entre componentes (interfaces, encaixes e compatibilidades funcionais); (ii) atrasos por entregas fracionadas, com impacto na realização de treinamento, testes e recebimento; (iii) dispersão de responsabilidades quanto à garantia, assistência técnica e suporte, dificultando a apuração de causa e a correção de falhas; e (iv) maior complexidade administrativa (multiplicação de propostas, análises, recebimentos e fiscalizações), sem evidência de ganho proporcional de vantajosidade.

17.3. Dessa forma, para preservar a integridade do objeto, reduzir riscos de atraso/insucesso e assegurar condições efetivas de operação e suporte, a contratação será realizada como item único (kit), com julgamento pelo menor preço do conjunto, conforme justificativa técnica detalhada no ETP.

## **VIII. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

17.4. Serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima do orçamento estimado após todas as etapas de negociação.

### **18. Da exigência de carta de solidariedade**

18.1. Caso o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar seja fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, nos termos do art. 41, inc. IV da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação pelo Agente de Contratação/Pregoeiro.

18.2. A exigência se justifica pela necessidade de mitigar riscos de fornecimento de equipamentos sem suporte efetivo no Brasil, assegurando atendimento de garantia, assistência técnica, reposição de peças e continuidade operacional durante o ciclo de vida do objeto. A medida reforça a confiabilidade do fornecimento e a responsabilização do fornecedor, em consonância com a análise de riscos e com os requisitos de suporte pós-venda previstos no Estudo Técnico Preliminar (ETP) que embasa esta contratação.

## **IX. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO**

18.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante atender aos itens a seguir.

18.4. Em caso de contratação de ME ou EPP cuja natureza do serviço vede o recolhimento na forma do SIMPLES NACIONAL nos termos do art. 17 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, a licitante deverá, nos moldes e prazos estabelecidos na Receita Federal, promover seu desenquadramento do Simples Nacional, na forma do art. 30, § 1º, inciso II, da mesma Lei.

### **19. Habilitação jurídica**

19.1. Tendo em vista o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, os documentos de habilitação que não forem mencionados neste documento serão dispensados, considerando-se a complexidade do objeto e/ou a análise de risco.

19.2. Declaração de que atende aos requisitos do edital ou do aviso de contratação direta;

19.3. Declaração de inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública.

19.3.1. Nas licitações realizadas pelo ComprasGov, a declaração será prestada por registro no sistema; nos demais casos, deverá ser apresentada por meio de documento próprio.

19.4. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso, bem como o documento de habilitação jurídica conforme orientação dos itens a seguir;

- 19.4.1. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 19.4.2. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 19.4.3. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 19.4.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 19.4.5. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 19.4.6. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 19.4.7. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 19.4.8. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, que demonstre a constituição e o funcionamento da cooperativa com observância das regras estabelecidas da legislação aplicável, em especial a Lei Federal nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar Federal nº 130, de 17 de abril de 2009, acompanhada do registro de que trata, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 19.4.8.1. Em caso de participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, com base na Instrução Normativa SEGES/ME nº 05/2017:

19.4.8.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei Federal nº 5.764, de 1971;

19.4.8.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

19.4.8.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

19.4.8.1.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

19.4.8.1.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; b) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; c) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

19.4.8.1.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei Federal nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

19.4.9. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto Federal nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).

19.4.10. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

19.5. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **20. Habilitação fiscal, trabalhista e previdenciária**

20.1. Prova de regularidade relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

- 20.2. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, conforme art. 195, §3º da CRFB/1988;
- 20.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei Federal nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 20.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 20.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 20.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 20.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
- 20.9. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 68, inciso VI Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade, em trabalho de qualquer natureza, exceto na condição de menor aprendiz, a partir de 14 anos de idade.
- 20.10. Declaração firmada pela Licitante, com amparo do art. 63, inciso IV c/c art. 92, inciso XVII da Lei Federal nº. 14.133, de 2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 20.11. Em caso de contratação custeada por recursos originados de transferências voluntárias da União, serão observados todos os requisitos das Instruções Normativas nº 116, de 2021 e 73, de 2022.

## **21. Qualificação Técnica**

21.1. Os documentos de qualificação técnica abaixo serão avaliados pela área técnica do órgão Demandante responsável pela elaboração deste Termo, que manifestará pelo deferimento ou indeferimento de cada documento.

21.2. Havendo necessidade de esclarecimentos, a área técnica do órgão Demandante poderá solicitar a realização de diligências visando a complementação ou elucidação dos documentos de qualificação técnica.

21.3. Para fins de verificação objetiva do atendimento às especificações técnicas do objeto (kit estação total e acessórios), o licitante deverá apresentar, junto à proposta/documentação técnica, documentos do próprio produto ofertado que permitam confirmar os requisitos deste Termo de Referência e do ETP, contendo identificação inequívoca do modelo (marca, modelo, versão/variante quando houver). Serão aceitos, dentre outros, os seguintes documentos:

21.3.1. Ficha técnica (datasheet) e/ou manual do fabricante, ou do representante oficial, que descreva as características e especificações do modelo ofertado;

21.3.2. Catálogo técnico/comercial do produto, desde que apresente as especificações de forma clara e verificável para o modelo ofertado (sem ressalvas genéricas que impeçam a confirmação do atendimento);

21.3.3. Para o software, documentação do fabricante/fornecedor que comprove o tipo de licença (perpétua), e principais funcionalidades;

21.3.4. Para os acessórios, documentação técnica (manual, ficha, catálogo ou declaração) que identifique os itens do kit.

21.4. Não serão considerados suficientes, para fins de comprovação, materiais genéricos que não indiquem com precisão o modelo ofertado, nem documentos com cláusulas de ressalva do tipo “especificações podem variar” sem indicação objetiva da configuração efetivamente ofertada; nesses casos, a comprovação deverá ser complementada por documentação técnica adicional prevista no item 21.3.

21.5. Em caso de divergência entre documentos apresentados, prevalecerá a documentação técnica oficial do fabricante (manual/datasheet) ou declaração rastreável que esclareça a configuração ofertada, sem prejuízo das diligências previstas no item 21.2.

## **22. Qualificação Econômico-Financeira**



22.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, conforme art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021, ou de sociedade simples.

22.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

22.3. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

22.4. Se o licitante não for sediado no Estado de Minas Gerais, as certidões deverão vir acompanhadas de comprovação de que a certidão emitida contempla as ações relativas a falências, recuperação judicial e execução patrimonial.

22.5. A justificativa para a exigência dos documentos de qualificação econômico-financeira acima é mitigar o risco de inadimplemento e assegurar que o fornecedor possua condições econômico-financeiras mínimas para cumprir integralmente as obrigações contratuais, especialmente quanto ao fornecimento do kit completo, entrega dentro do prazo, treinamento presencial e atendimento das responsabilidades de garantia, manutenção e assistência técnica, preservando a continuidade das atividades administrativas e a adequada aplicação dos recursos públicos.

## **X. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

22.6. A despesa decorrente desta licitação correrá por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual 2026 relativa ao exercício financeiro vigente:

22.6.1. 1701 17 122 18 1 128 4 4 9 0 52 - Equipamentos e Material Permanente - Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica

Uberlândia, 16 de abril de 2026.



Documento assinado digitalmente

**NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA**

Data: 16/04/2026 12:07:10-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Nicholas Lino Vieira Mota**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

**MATHEUS**

**ALEXANDRE SEGATE**

**FREITAS:11112938648**

Assinado de forma digital por

**MATHEUS ALEXANDRE SEGATE**

**FREITAS:11112938648**

Dados: 2026.04.16 14:10:30 -03'00'

---

**Matheus Alexandre Segate Freitas**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**



Documento assinado digitalmente

**LUIZ HENRIQUE FERREIRA DE ATHAYDES**

Data: 16/04/2026 14:50:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Luiz Henrique Ferreira de Athaydes**  
**DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA**

## **XI. APÊNDICE I – TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

Por meio deste instrumento, \_\_\_\_\_ declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº \_\_\_\_/20\_\_, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Uberlândia-MG, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

---

## **XII. APÊNDICE II – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS**

### **1. Diretrizes Gerais**

A presente Matriz de Alocação de Riscos foi elaborada em conformidade com o art. 22, §1º e art. 103 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como em observância às diretrizes institucionais de gestão de riscos estabelecidas pela Controladoria-Geral do Município, notadamente quanto à Declaração de Apetite a Riscos.

A alocação observa o princípio segundo o qual o risco deverá ser atribuído à parte que detenha melhores condições técnicas, operacionais ou jurídicas de preveni-lo, mitigá-lo ou absorver seus efeitos.

A contratação apresenta baixo apetite institucional para riscos técnicos, de indisponibilidade e de desconformidade com especificações.

### **2. Riscos de Planejamento**

#### **2.1. Especificação técnica insuficiente ou ambígua**

- Natureza: Técnica / Planejamento
- Alocação: Administração
- Mitigação: Revisão técnica prévia; descrição detalhada no ETP e TR; exigência de documentação oficial do fabricante; checklist de conformidade no recebimento.

#### **2.2. Pesquisa de preços com baixa aderência ao escopo**

- Natureza: Orçamentária
- Alocação: Administração
- Mitigação: Registro formal das fontes consultadas; análise comparativa técnica das propostas; validação pela área técnica.

### **3. Riscos de Seleção do Fornecedor**

#### **3.1. Proposta com documentação técnica inconsistente**

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência de manual/datasheet oficial; possibilidade de diligência técnica; desclassificação em caso de não comprovação objetiva.

#### **3.2. Fornecedor sem suporte técnico nacional efetivo**

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência de garantia mínima e assistência técnica nacional autorizada; possibilidade de exigência de carta de solidariedade do fabricante.

3.3. Preço inexecutável

- Natureza: Econômico-financeira
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Análise de exequibilidade da proposta; diligências; desclassificação quando cabível.

**4. Riscos de Fornecimento**

4.1. Atraso na entrega do kit

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Prazo contratual definido; aplicação de sanções administrativas; eventual prorrogação apenas mediante justificativa formal aceita pela Administração.

4.2. Entrega incompleta ou incompatível com o Termo de Referência

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Conferência por checklist; registro de modelo e número de série; recusa do recebimento definitivo até regularização.

4.3. Incompatibilidade entre estação total e acessórios fornecidos

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Adjudicação global do kit; responsabilidade integral pelo conjunto; exigência de compatibilidade comprovada.

**5. Riscos Técnicos e Operacionais**

5.1. Equipamento não atingir precisão especificada

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada

- Mitigação: Verificação documental e teste funcional no recebimento; acionamento da garantia.

5.2. Falha de interoperabilidade com softwares CAD/GIS utilizados pelo DMAE

- Natureza: Técnica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Exigência prévia de formatos de exportação compatíveis; validação no recebimento.

5.3. Capacitação insuficiente da equipe usuária

- Natureza: Operacional
- Alocação: Compartilhada
- Mitigação: Treinamento presencial obrigatório; registro formal de realização; acompanhamento pela fiscalização.

5.4. Indisponibilidade do equipamento durante o período de garantia

- Natureza: Operacional
- Alocação: Contratada (durante garantia)
- Mitigação: Prazo máximo para reparo; possibilidade de equipamento substituto provisório; transporte sob responsabilidade da contratada.

## 6. Riscos Econômico-Financeiros

6.1. Oscilações de mercado ou variações cambiais

- Natureza: Econômica
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Risco empresarial ordinário.

6.2. Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro indevido

- Natureza: Contratual
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Aplicação dos critérios legais do art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

## 7. Riscos Jurídico-Administrativos

7.1. Impugnações ao edital

- Natureza: Jurídica
- Alocação: Administração
- Mitigação: Fundamentação técnica robusta no ETP; observância aos princípios da competitividade.

7.2. Descumprimento contratual parcial ou total

- Natureza: Contratual
- Alocação: Contratada
- Mitigação: Notificação formal; aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021.

**8. Critério Geral de Alocação**

Não serão transferidos à contratada riscos decorrentes de falhas de planejamento imputáveis exclusivamente à Administração.

Da mesma forma, não serão assumidos pela Administração riscos técnicos, operacionais ou empresariais inerentes à fabricação, fornecimento, compatibilidade, suporte ou garantia do equipamento.

A presente matriz integra o instrumento contratual e orientará a interpretação das responsabilidades das partes em eventual ocorrência de eventos supervenientes.

### **XIII. APÊNDICE III – IMAGENS DE REFÊRENCIA**

As imagens a seguir são apresentadas exclusivamente como apoio visual, com a finalidade de facilitar o entendimento dos itens que compõem o objeto e de sua forma geral de uso/installação. Não constituem especificação técnica, nem definem ou restringem marca, modelo, família, dimensões, materiais, design, acessórios específicos ou quaisquer características particulares do produto.

A avaliação de conformidade da proposta e do fornecimento será realizada com base nas especificações e requisitos estabelecidos no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), independentemente das ilustrações aqui exibidas.

Estação Total Eletrônica:



Tripé de Alumínio (Tripé seco):





Bastão Topográfico:



Bolha de Nível:



Prisma com Suporte:



Carregados Duplo:



Mala de Transporte:



**Nome Arquivo: 01 Estudo Tecnico Preliminar e Termo de Referenc.pdf**

**Documento assinado de forma digital por MATHEUS ALEXANDRE SEGATE FREITAS  
11112938648**

**Certificado: \*\*b027a6b8\*\*\*\*\*74cac899\*\*48670\*\*\*\*\*40eee**

**Data Validade: 30/07/2026**

**Data: 16/04/2026 14:52:43**



**ASSINATURA DIGITAL**

**6f3b009cb1fe71e2dec349a9935ccb96**

**Nome Arquivo: 3 ANEXO 02 - Termo de Referência.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEFr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 11/05/2026 09:57:45**



**20261351278NEC/PAG**

## ANEXO 03

## RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS 1415/2026

O presente relatório é resultado da pesquisa de preços a seguir discriminada, em cumprimento ao determinado na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023, e em conformidade com a Instrução Normativa SEGES – ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

**1- OBJETO** - ESTACÃO TOTAL ELETRONICA [ALCANCE 500-3000M].

**2- PERÍODO DE REALIZAÇÃO:** de 24 de fevereiro 2026 a 03 de março 2026 com consolidação de orçamento em 03 de março 2026.

**3 - METODOLOGIA APLICADA:** o valor de referência foi aferido por meio de

(x) Média ( ) Mediana ( ) Menor Preço ( ) Outra:

O método acima foi escolhido pois está em conformidade com a análise feita no mapa de contratações públicas

**4 - ANÁLISE DA PESQUISA:** Após análise detalhada dos preços obtidos, eliminadas as discrepâncias chegou-se ao:

Preço de Referência Unit.	
<i>ESTACAO TOTAL ELETRONICA [ALCANCE 500-3000M] Material externo plástico resistente possui uma rosca 5/8 polegadas possui um suporte nível acoplado parte inferior med.aprox.206 x 169 x 318mm e peso aprox. 4 3 kg; alcance máximo aproximado de até 500 metros sem prisma e 3000 metros com prisma. Conjunto completo e pronto para uso composto por estação total profissional (com medições com e sem prisma), software de uso perpétuo e acessórios essenciais (tripé, bastão, 2 prismas, baterias, carregadores e maleta). Inclui treinamento presencial.</i>	<b>R\$ 64.690,00</b> <b>(SESSENTA E QUATRO MIL</b> <b>SEISCENTOS E NOVENTA</b> <b>REAIS)</b>

## ANEXO 04

## MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Processo Licitatório nº 057/2026	Proposta de Preços “Menor Preço” - ITEM	Modalidade Pregão Eletrônico
O DMAE, nos termos da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, torna público que será aberto o Processo Licitatório em epígrafe no endereço eletrônico <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .		
Data da Expedição: Conforme assinatura eletrônica.	A sessão pública será realizada na data e horário definidos no aviso/extrato do edital, no sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	
Razão Social	CNPJ	
Endereço (Bairro, CEP, etc.)	Inscrição Estadual	
Cidade/UF	Telefone/Fax E-mail	
E-mail corporativo para recebimento dos documentos da licitação:		
<b>OBJETO:</b> Contratação de empresa para <b>aquisição de estação total eletrônica</b> , em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, bem como nas especificações abaixo:		

Item	Qtd	Und	Descrição Item	Marca/ Modelo	Valor Unitário	Valor total
01	1	UN	Kit Estação Total Eletrônica – fornecimento completo e pronto para uso. <b>Conforme Termo de Referência.</b>			

Valor total: R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)

**Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente deste processo licitatório, instaurado pelo Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que:**

- 1- Aceitamos plena, total e expressamente os termos e condições do Edital, em todas as fases da licitação, e ainda assumimos inteira responsabilidade pela veracidade de cada um dos documentos apresentados, como também pela anuência das declarações na fase do credenciamento específico para este pregão, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- 2 - Nos preços propostos estão inclusos todos os impostos, taxas e todas as demais despesas necessárias ao perfeito cumprimento da obrigação objeto da licitação em referência.
- 3 - Estamos cientes que o DMAE procederá à fiscalização da entrega dos itens, em caso de rejeição, os mesmos serão substituídos às custas da contratada;
- 4 – Manteremos a proposta pelo prazo de **90 (noventa) dias**, contados a partir da data de apresentação da proposta, sob pena das sanções previstas na *Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores*;
- 5 - Que se vencedora da licitação, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados, por seus empregados, eximindo o DMAE de quaisquer reclamações e indenizações, sendo de sua total responsabilidade cível o ressarcimento público, danos que vier a causar ao patrimônio público;
- 6 - Submetemo-nos às condições de faturamento, pagamento e outros conforme definido no Termo de Referência;
- 7-Temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na **Lei n. 8.078 – Código de Defesa do Consumidor**, enquanto fornecedora do equipamento sem prejuízo das demais legislações vigentes;

8 - O licitante concorda que o tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos arts. 5º inc. XII, 7º inc. I, 11 e 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

Assinatura da licitante:	Data:
Nome:	RG/CPF:

### DADOS BANCÁRIOS

Os dados bancários para efeito de pagamento deverão ser da licitante inscrita no CNPJ/MF e endereço fornecido na documentação de habilitação e proposta, não sendo possível a substituição dos mesmos.

Banco	Código Banco
Agência	Conta Corrente
Operação (se na Caixa)	Corrente/Poupança

### DADOS DO(S) REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DA EMPRESA

Dados para identificação do(s) representante(s) legal(ais) da empresa que assinará(ão) o termo de Contrato, conforme consta no Contrato Social ou Procuração (se for anexar a mesma), caso esta empresa seja a vencedora do referido certame licitatório. O termo de Contrato incluirá apenas o nome completo e cargo do representante legal.

Nome:	Profissão:
Nacionalidade:	Estado Civil:
Identidade/Órgão/Data emissão:	CPF/MF:
Endereço completo:	Cidade:
Cargo/função:	

**Nome Arquivo: 4 ANEXOS 03 e 04 - Relatório e Proposta.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEFr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 11/05/2026 09:57:45**



**20261351278NEC/PAG**



**ANEXO 05**

**MINUTA DE INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA AQUISIÇÃO DE ESTAÇÃO TOTAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO E \_\_\_\_\_.**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº**

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - PARTES E FUNDAMENTO**

**1.1. CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - DMAE**, com sede nesta cidade de Uberlândia, na Avenida Rondon Pacheco nº 6400, Bairro Tibery, inscrito no CNPJ sob nº 25.769.548/0001-21, neste ato representado pelo **Diretor Geral, Rodrigo Sávio Couto de Lacerda** (no uso de suas atribuições legais, por delegação de poderes na forma do Decreto s/nº publicado no DOM nº 7060 de 10 de março de 2025 e pelo Decreto nº 21.567 de 1º de janeiro de 2025 e alterações posteriores) e pelo **Diretor de Planejamento e Gestão Estratégica, Luiz Henrique Ferreira de Athaydes** (no uso de suas atribuições legais, na forma da Portaria nº 243 publicada no DOM nº 6583 de 01 de abril de 2023), ambos residentes e domiciliados nesta cidade.

**1.2. CONTRATADO:**

**1.3. FUNDAMENTO:** A presente contratação decorre da Licitação Pregão Eletrônico nº 057/2026, homologada em \_\_/\_\_/\_\_\_\_, fundamentada na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023 e demais normas pertinentes, bem como pelas disposições contidas neste instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO E PREÇOS**

**2.1.** Contratação de empresa para **aquisição de estação total eletrônica**, em atendimento à Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

**2.2.** Objeto da contratação:

Item	Qtd	Und	Descrição Item	Marca/Modelo	Valor Unitário	Valor total
01	1	UN	Kit Estação Total Eletrônica – fornecimento completo e pronto para uso. <b>Conforme Termo de Referência.</b>			

**2.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

**2.3.1.** O Termo de Referência da Requisição nº 1415/2026;

**2.3.2.** O Edital da Licitação ou instrumento de contratação direta equivalente;

**2.3.3.** A Proposta do contratado;

**2.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2.4.** Em caso de divergência entre este instrumento e as disposições do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

**2.5.** O valor total/global da contratação é de R\$... (...).

**2.6.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**2.7.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos, com observância dos valores unitários definidos na proposta comercial da empresa.

### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**3.1.** O prazo de vigência da contratação é de 90(noventa) dias contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**3.2.** Em se tratando de contratação que estabeleça a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento;

**3.2.1.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante apostilamento.;

**3.2.2.** Os casos de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão de contrato deverão ser devidamente formalizados e motivados através de Termo de Suspensão indicando a data de suspensão do cronograma de execução;

**3.3.** A eficácia do contrato se opera a partir da publicação do mesmo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

**3.4.** A execução contratual só poderá se iniciar após a publicação referida no subitem anterior.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO**

**4.1.** O regime de execução contratual, assim como o cronograma de execução do objeto constam no Termo de Referência anexo a este Contrato.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**5.1.** As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE**

**6.1.** O preço definido no instrumento contratual será fixo e irreajustável pelo período de (um) ano, contados da data da consolidação do orçamento estimado ou da data da alteração de sua data-base.

**6.2.** É facultado o reajuste em sentido estrito, a pedido da contratada, contemplando a variação do INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, após 1 (um) ano da data da consolidação do orçamento estimado ou da data de alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, devendo o pedido ser formulado antes do advento da data base referente ao reajuste subsequente, sob pena de o silêncio ser interpretado como renúncia presumida.

**6.3.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**6.4.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**6.4.1.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**6.4.2.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.5.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**6.6.** Os efeitos financeiros do reajuste em sentido estrito serão devidos a partir da solicitação da contratada;

**6.7.** Caso a solicitação seja feita no prazo de até 30 (trinta) dias após o advento da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste, os efeitos financeiros retroagirão à data do fato gerador ao direito.

**6.8.** Não serão considerados e/ou admitidos pedidos de reajuste protocolados antes da implementação da data base, ou seja, do fato gerador do direito ao reajuste.

**6.9.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros da data base do reajuste anterior.

**6.10.** A data de consolidação do orçamento é: **03/03/2026**

**6.11.** Havendo reequilíbrio econômico-financeiro do contrato ou alteração do preço da ata de registro de preços com reflexo no contrato, ocorrerá a modificação da data-base, passando a mesma a coincidir com a data de concessão do reequilíbrio, sendo que os próximos reajustamentos anuais serão considerados a partir de então.

**6.12.** A Contratada poderá solicitar o reajuste a qualquer tempo durante a vigência do contrato, até a data da prorrogação de sua vigência, observado o disposto no subitem nº 6.2 deste Termo.

**6.13.** A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste e/ou reequilíbrio solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

**6.14.** Caso a Contratada não requeira tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo ou sem qualquer ressalva quanto à posterior análise do reajuste pela Administração, ocorrerá a preclusão do direito.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**7.1.** Além das obrigações específicas eventualmente previstas no Termo de Referência, as partes deverão se submeter às seguintes obrigações gerais.

**7.2.** São obrigações do Contratante:

**7.2.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

**7.2.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

**7.2.3.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, fixando prazo para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

**7.2.4.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

**7.2.5.** Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**7.2.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, Edital e seus anexos;

**7.2.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste Contrato, no Edital e seus anexos;

**7.2.8.** Cientificar o órgão de representação judicial, quando for o caso, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

**7.2.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive sobre eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

**7.2.9.1.** Deverá ser observado o prazo de 01 (um) mês, contado da data do protocolo do requerimento, fixado no art. 112 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, caso não haja disposição legal ou prazo específico estabelecido no Termo de Referência, sendo admitida a prorrogação uma vez, por igual período, desde que motivado;

**7.2.10.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

**7.2.11.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**8.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Edital e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**8.1.1.** Entregar o objeto nas quantidades, prazos e condições pactuadas, acompanhado do manual, folders, catálogo, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

**8.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

**8.1.3.** Comunicar ao contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, caso não tenha sido fixado prazo diverso no Termo de Referência;

**8.1.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**8.1.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**8.1.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**8.1.7.** Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para contratação.

**8.1.8.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os documentos que atestem a manutenção da regularidade fiscal e trabalhista, conforme rol de requisitos de habilitação previstos no processo de origem da contratação, sendo: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, se for o caso; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, se for o caso; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, se for o caso; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, se for o caso;

**8.1.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**8.1.10.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quando não for definido prazo diverso no Termo de Referência, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

**8.1.11.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**8.1.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

**8.1.12.1.** Quando solicitado, comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021);

**8.1.13.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**8.1.14.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inc. II, alínea “d”, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;



**8.1.15.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

**8.1.16.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

**8.1.17.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato, quando aplicável;

**8.1.18.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

**8.1.19.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do termo de referência ou instrumento congênere.

**8.1.20.** Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

**8.1.21.** Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

**8.1.22.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

**8.1.23.** Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

**8.1.24.** Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## **9. CLÁUSULA NONA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**9.1.** Não há previsão de garantia de execução no Termo de Referência.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**10.1.** Além do previsto neste termo, os procedimentos a serem adotados nos processos de liquidação e pagamento deverão observar o disposto na Portaria Conjunta SMF/CGM nº 19, de 13 de setembro de 2023.

## **10.2. Recebimento do Objeto**

**10.2.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**10.2.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**10.2.3.** O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

**10.2.3.1.** Nos termos dos arts. 12 e 14 da Instrução Normativa SMF nº 01, de 09 de janeiro de 2024, o órgão contratante (unidade gestora) deverá providenciar toda documentação necessária e atestar o cumprimento do objeto contratual, mediante requisição de liquidação, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis, a fim de que o setor competente adote os trâmites finais para liquidação da despesa, em até 2 (dois) dias úteis.

**10.2.4.** Para os itens de contratação cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será reduzido pela metade.

**10.2.5.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

**10.2.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**10.2.7.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**10.2.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**10.2.9.** As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem, estabelecidas nas normas de execução, correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **10.3. Liquidação**



**10.3.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 125, § 4º do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**10.3.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.3.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a. o prazo de validade;
- b. a data da emissão;
- c. os dados do contrato e do órgão contratante;
- d. o período respectivo de execução do contrato;
- e. o valor a pagar; e
- f. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**10.3.4.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**10.3.5.** Haverá retenção na fonte do imposto de renda – IR, nos termos do Decreto Municipal nº 20.086/2022 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, inclusive no que se refere às isenções.

**10.3.6.** As notas fiscais deverão ser emitidas em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa nº 1.234/2012, e suas alterações, da Receita Federal, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 20.086/2022, sob pena de não aceitação por parte do contratante.

**10.3.7.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/2006 não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**10.3.8.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.3.9.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**10.3.10.** Constatando-se, junto ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**10.3.11.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**10.3.12.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à aplicação das sanções administrativas cabíveis e, se for o caso, a rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**10.3.13.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **10.4. Prazo de pagamento**

**10.4.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa e consequente assinatura da ordem de pagamento pela autoridade competente, conforme seção anterior, nos termos do art. 125, inciso II do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**10.4.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**10.4.3.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

sendo:

I – Índice de Compensação Financeira, capitalizado diariamente em regime de juros simples, à taxa nominal de 6,0% (seis por cento) ao ano, ou de 0,5% (meio por cento) ao mês.

Cálculo do parâmetro “I”

$$I = (TX/100) / 365 = (6/100) / 365 = 0,00016438.$$

$$TX = 6,0\% \text{ a.a.}$$

VP = Valor do pagamento, ou da parcela em atraso.

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento.

#### **10.5. Forma de pagamento**

**10.5.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**10.5.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**10.5.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista nas legislações aplicáveis e conforme previsto neste documento.

**10.5.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**10.5.5.** Não serão retidos os valores correspondentes ao IR, conforme hipóteses do art.4º, IN 1.234/2012.

### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA CESSÃO DE CRÉDITO**

**11.1.** É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

**11.2.** As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

**11.3.** A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**11.4.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**11.5.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**11.6.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**12.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**12.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**12.3.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**12.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**12.5.** Após a assinatura do contrato ou emissão do instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**12.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo(s) gestor(es) e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, designados conforme o Decreto Municipal nº 20.154, de 1º de fevereiro de 2023.

**12.7.** A fiscalização (administrativa e/ou técnica) de que trata o modelo de gestão do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**12.8. Da fiscalização**

**12.8.1.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, com observância das competências traçadas no art. 23 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, e demais disposições deste instrumento.

**12.8.2.** A fiscalização técnica e administrativa poderá ser centralizada em único servidor ou dividida, a interesse do órgão contratante, devendo, neste último caso, constar delimitação de competências no ato de designação.

**12.9. Fiscalização Técnica**

**12.9.1.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**12.9.2.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**12.9.3.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**12.9.4.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**12.9.5.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**12.9.6.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**12.10. Fiscalização Administrativa**

**12.10.1.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**12.10.2.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

**12.11. Gestão contratual**

**12.12. Cabe ao gestor do contrato:**

**12.12.1.** coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**12.12.2.** acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**12.12.3.** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**12.12.4.** emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**12.12.5.** tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**12.12.6.** elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

**12.12.7.** enviar a documentação pertinente ao competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

**12.12.8.** Observar as demais competências estabelecidas no art. 22 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, aplicáveis à contratação.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CLÁUSULA ANTICORRUPÇÃO**



**13.1.** A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação, dentre elas, a Lei Anticorrupção (Lei Federal nº 12.846/2013) e o Decreto Municipal nº 18.389/2019 e se compromete a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por ela contratados.

**13.2.** As Partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética, honesta e transparente na execução do objeto do presente instrumento.

**13.3.** A CONTRATADA se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

**13.3.1.** Não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

**13.3.2.** Adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados;

**13.3.3.** Não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil, salvo as exceções legalmente admitidas;

**13.3.4.** Participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pela CONTRATANTE que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou políticas internas de integridade da CONTRATANTE.

**13.4.** A CONTRATADA se obriga a comunicar imediatamente a CONTRATANTE, por escrito, caso tome conhecimento de que algum pagamento impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por ela contratados.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** Caracteriza infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021:

**14.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**14.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**14.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.1.5.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.1.8.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**14.1.9.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.1.10.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.1.11.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.1.12.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**14.2.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações descritas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e, ainda, por qualquer outro descumprimento de cláusula editalícia, contratual ou da legislação referente a licitações e contratações públicas.

**14.3.** Na aplicação das sanções, além das disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, deverão ser observados os procedimentos dispostos no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**14.4.** Aplica-se o disposto, sobre infrações administrativas, às licitações, às contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

**14.5.** Na aplicação das sanções, conforme resultado apurado em procedimento administrativo, em que sejam oportunizados a ampla defesa e o contraditório, serão considerados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, a natureza e a gravidade da infração, os danos que o cometimento da infração ocasionar à Administração Pública, ao serviço e aos usuários, a vantagem auferida em virtude da infração, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do licitante ou contratado.

**14.6.** Aplica-se o disposto neste item às licitações, contratações diretas e procedimentos auxiliares, naquilo que for aplicável.

**14.7.** Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas administrativas ficarão sujeitos às penalidades descritas no artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, quais sejam:



**14.7.1.** advertência;

**14.7.2.** multa;

**14.7.3.** impedimento de licitar e contratar;

**14.7.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**14.8.** A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:

**14.8.1.** descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave, tais como, o atraso na entrega de produto, serviços e etapas de obras, e situações de natureza correlatas, independentemente da aplicação da multa;

**14.8.2.** inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, e situações de natureza correlatas, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

**14.8.3.** Considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos à Administração Pública.

**14.9.** O licitante ou contratado que, injustificadamente, descumprir a legislação ou cláusulas editalícias ou contratuais ou der causa a atraso no cumprimento dos prazos previstos nos contratos ou sua inexecução total ou parcial, sujeitar-se-á à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo das demais penalidades legais cabíveis, devendo ser observados, preferencialmente, os seguintes percentuais e diretrizes:

**14.9.1.** Multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega de bem ou execução de serviços, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), correspondente a até 30 (trinta) dias de atraso, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

**14.9.1.1.** A aplicação de multa moratória não impedirá que a autoridade julgadora, mediante ato motivado, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste termo.

**14.9.2.** Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta em caso de recusa do licitante ou futuro contratado em assinar a Ata de Registro de Preços ou contrato, ou recusar-se a aceitar ou retirar o instrumento equivalente.

**14.9.3.** Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor de referência para a licitação ou para a contratação direta, na hipótese de o licitante ou futuro contratado retardar injustificadamente o procedimento de contratação ou descumprir de preceito normativo ou as obrigações assumidas, nos casos seguintes:

- 14.9.3.1.** Deixar de entregar documentação exigida para o certame licitatório;
- 14.9.3.2.** Desistir da proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela administração;
- 14.9.3.3.** Tumultuar a sessão pública da licitação;
- 14.9.3.4.** Descumprir requisitos de habilitação na modalidade pregão, a despeito da declaração em sentido contrário;
- 14.9.3.5.** Propor recursos manifestamente protelatórios em sede de contratação direta ou de licitação;
- 14.9.3.6.** Deixar de providenciar o cadastramento da empresa vencedora da licitação ou da contratação direta junto ao cadastro de fornecedores do município, dentro do prazo concedido pela administração pública, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo respectivo órgão ou entidade da administração pública municipal;
- 14.9.3.7.** Deixar de regularizar os documentos fiscais no prazo concedido, na hipótese de o licitante ou contratado enquadrar-se como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da lei complementar federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações;
- 14.9.3.8.** Propor impugnações ou pedidos de esclarecimentos repetitivos e que já tenham sido respondidos, tumultuando a abertura do processo licitatório; e
- 14.9.3.9.** Outras situações de natureza correlatas.
- 14.9.4.** Multa administrativa/compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, quando houver o descumprimento das normas jurídicas atinentes ou das obrigações assumidas, tais como:
- 14.9.4.1.** Deixar de manter as condições de habilitação durante o prazo do contrato;
- 14.9.4.2.** Permanecer inadimplente após a aplicação de advertência;
- 14.9.4.3.** Deixar de regularizar, no prazo definido pela administração pública municipal, os documentos exigidos na legislação, para fins de liquidação e pagamento da despesa;
- 14.9.4.4.** Deixar de complementar o valor da garantia recolhida após solicitação do contratante;
- 14.9.4.5.** Não devolver os valores pagos indevidamente pelo contratante;
- 14.9.4.6.** Manter funcionário sem qualificação para a execução do objeto do contrato;

**14.9.4.7.** Utilizar as dependências do contratante para fins diversos do objeto do contrato;

**14.9.4.8.** Tolerar, no cumprimento do contrato, situação apta a gerar ou causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais a qualquer pessoa;

**14.9.4.9.** Deixar de fornecer equipamento de proteção individual - epi, quando exigido, aos seus empregados ou omitir-se em fiscalizar sua utilização, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**14.9.4.10.** Deixar de substituir empregado cujo comportamento for incompatível com o interesse público, em especial quando solicitado pela administração pública municipal;

**14.9.4.11.** Deixar de repor funcionários faltosos;

**14.9.4.12.** Deixar de controlar a presença de empregados, na hipótese de contratação de serviços de mão de obra;

**14.9.4.13.** Deixar de observar a legislação pertinente aplicável ao seu ramo de atividade;

**14.9.4.14.** Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer outras despesas relacionadas à execução do contrato nas datas avençadas;

**14.9.4.15.** Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária regularizada;

**14.9.4.16.** Outras situações de natureza correlatas.

**14.9.5.** Multa administrativa/compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação ou do valor da contratação direta, na hipótese de o contratado entregar o objeto contratual em desacordo com as especificações, condições e qualidade contratadas e/ou com vício, irregularidade ou defeito oculto que o tornem impróprio para o fim a que se destina;

**14.9.5.1.** No caso de prestações continuadas, a multa prevista nesta hipótese será calculada sobre o valor da parcela que eventualmente for descumprida.

**14.9.6.** Multa administrativa/compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou da Ata de Registro de Preços, quando o contratado ou fornecedor registrado der causa, respectivamente, à rescisão do contrato ou ao cancelamento da Ata de Registro de Preços.

**14.9.7.** A multa deverá ser recolhida administrativamente no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data do envio da notificação do órgão sancionador.

**14.9.8.** Os débitos do Contratado para com a Contratante, resultantes das hipóteses de multa previstas neste instrumento, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos decorrentes de contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ou entidade sancionadora.

**14.9.9.** O pedido de compensação poderá ser formalizado pelo interessado, sem prejuízo da possibilidade de a Administração fazê-lo de ofício, acompanhado da relação dos contratos vigentes que serão objeto de compensação do valor do débito pretendido, e submetido à análise do órgão ou entidade contratante, que, deferindo o pedido, terá caráter definitivo.

**14.9.10.** Na hipótese de deixar o licitante ou contratado de pagar a multa aplicada a tempo e o modo devidos, o valor correspondente será executado observando-se os seguintes critérios:

**14.9.10.1.** Se a multa aplicada for superior ao valor das faturas subsequentes ao mês do inadimplemento, responderá o licitante ou contratado pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e acrescida de juros e encargos legais, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários do Município ou cobrados judicialmente;

**14.9.10.2.** Inexistindo faturas subsequentes ou sendo estas insuficientes, descontar-se-á do valor da garantia;

**14.9.10.3.** Impossibilitado o desconto a que se refere o inciso II do caput deste artigo, será o crédito correspondente inscrito em dívida ativa.

**14.9.11.** O atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias contínuos será considerado como inexecução total do Contrato ou da Ata de Registro de Preços, devendo os instrumentos respectivos serem rescindidos, salvo razões de interesse público devidamente motivadas no ato do respectivo órgão ou entidade da Administração Pública Municipal contratante.

**14.10.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

**14.10.1.1.** der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**14.10.1.2.** der causa à inexecução total do contrato;

**14.10.1.3.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

**14.10.1.4.** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**14.10.1.5.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**14.10.1.6.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**14.10.1.7.** outras situações de natureza correlatas.

**14.10.2.** Considera-se inexecução total do contrato:

**14.10.2.1.** recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada; ou

**14.10.2.2.** recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Pública.

**14.10.3.** Evidenciada a inexecução total, a inexecução parcial ou o retardamento do cumprimento do encargo contratual, o adjudicatário ou contratado será notificado para apresentar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação ou ciência, a justificativa para o descumprimento do contrato.

**14.10.4.** A justificativa apresentada pelo licitante ou adjudicatário será analisada pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de licitação; e a apresentada pela contratada será analisada pelo fiscal do contrato que, mediante ato motivado, apresentará manifestação e submeterá à decisão da autoridade superior competente.

**14.10.5.** Rejeitadas as justificativas, o agente público competente submeterá à autoridade máxima do órgão ou entidade para que decida sobre o encaminhamento para a instauração do processo para a apuração de responsabilidade, salvo quando não for ele a autoridade instauradora e julgadora.

**14.10.6.** Preliminarmente ao encaminhamento à instauração do processo para a apuração de responsabilidade poderá a autoridade máxima do órgão ou entidade conceder prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação ou da ciência, para a adequação da execução contratual ou entrega do objeto.

**14.10.7.** A sanção impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo máximo de 3 (três) anos a contar da sua inscrição no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS.

**14.11.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:

**14.11.1.1.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**14.11.1.2.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**14.11.1.3.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**14.11.1.4.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**14.11.1.5.** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

**14.11.1.6.** outras situações de natureza correlatas

**14.11.2.** A autoridade máxima, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento aos órgãos de controle da Administração Pública competentes e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

**14.11.3.** A sanção de inidoneidade aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do município de Uberlândia, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

**14.12.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis das sanções de advertência se dará em processo administrativo sumaríssimo, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da ciência.

**14.13.** A apuração de responsabilidade por infrações passíveis da sanção de multa, ou advertência e multa, se dará em processo administrativo sumário, facultando-se a defesa do licitante ou contratado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da publicação ou ciência.

**14.14.** A aplicação das sanções impedimento e inidoneidade, conforme o artigo 132 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, requererá a instauração de processo de responsabilização, de que trata o artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a ser conduzido por Comissão Processante, permanente ou designada pela autoridade competente ou pela autoridade máxima do órgão ou entidade da Administração Pública do município de Uberlândia.

**14.15.** Instaurado o processo administrativo, a autoridade competente deverá emitir a notificação, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentarem defesa escrita, sendo facultado apresentar rol de eventuais provas que deseja produzir, de forma fundamentada, para deliberação da Comissão e exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

**14.16.** A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, devendo-se observar as causas de interrupção e suspensão previstas no §4º do artigo 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**14.17.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica



prévia.

**14.18.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos no Decreto Municipal nº 18.389, de 9 de dezembro de 2019.

**14.19.** É admitida a reabilitação do condenado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do art. 136 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**14.20.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

**14.21.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**14.22.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa e, na hipótese de cumulação, serão concedidos os prazos para recurso aplicáveis à penalidade mais gravosa.

**14.23.** Na aplicação das penalidades serão observadas as circunstâncias previstas no §1º do artigo 156, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, conforme condições estabelecidas nos artigos 160 a 163 do Decreto Municipal nº 20.154/2023.

**14.24.** O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o adjudicatário ou contratado infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstância agravante, sem afastamento da possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

**14.25.** A aplicação das sanções administrativas previstas em Lei não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**14.26.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ou outros que vierem a substituí-los, instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, na forma do art. 178 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023.

**14.27.** As demais regras de sanção estão detalhadas nos artigos 129 a 177 do Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais legislações aplicáveis.

## CONTRATUAL

### 15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

**15.1.** Além do previsto no Termo de Referência:

**15.2.** O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**15.2.1.** Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**15.2.2.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

**15.3.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**15.3.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**15.3.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**15.3.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**15.4.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**15.4.1.** Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**15.4.2.** Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**15.4.3.** De indenizações e multas.

**15.5.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório, conforme art. 131, *caput*, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

### 16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD



**16.1.** As partes deverão cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**17.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual deste exercício, na seguinte dotação orçamentária: **17.01.17.122.0018.1.128.4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente - Diretoria de Planejamento e Gestão Estratégica.**

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

**18.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 20.154, de 2023 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES**

**19.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**19.2.** O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**19.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**19.4.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

**19.5.** Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO**

**20.1.** Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei Federal nº 12.527, de 2011.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ASSINATURA ELETRÔNICA**

**21.1.** As partes expressamente concordam que este contrato poderá ser assinado digitalmente. Nessa hipótese, por força da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 que fica desde já estabelecido que (i) será válida e plenamente eficaz qualquer modalidade de assinatura eletrônica prevista em lei e (ii) ficam dispensadas as assinaturas das testemunhas quando a integridade das assinaturas das partes for conferida por provedor de assinaturas. A data de assinatura desse documento será a data em que a última assinatura digital ocorrer.

**21.2.** E por estarem plenamente acordes com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

## **22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – FORO**

**22.1.** Fica eleito o Foro deste Município de Uberlândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

E por estarem plenamente de acordo com todas as cláusulas e condições assinam as partes este instrumento assinado eletronicamente, para que se produzam seus efeitos jurídicos, comprometendo-se a cumprir o presente tão inteira e fielmente como nele se contém.

**Nome Arquivo: 5 ANEXO 05 - Minuta.pdf**

**Documento assinado de forma digital por Rodrigo Sávio Couto de Lacerda**

**Certificado: \*\*IBljANBg\*\*\*\*\*vAxhEFr1\*\*15B/J\*\*\*\*\*DAQAB**

**Data: 11/05/2026 09:57:45**



**20261351278NEC/PAG**

**Vistado de forma eletrônica por:**

**NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA - CHEFE  
DMAE-DEP. MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
MAT.3220-4  
Data: 08/05/2026 16:02:15**



**Luiz Henrique Ferreira de Athaydes - DIRETOR  
DMAE - Departamento Municipal de Água e Esgoto  
Data: 08/05/2026 16:07:58**

**20261351278NEC/PAG**

## Tramitação do Documento

Identificação Sistema: 20261351278NEC/PAG

Nossa Identificação: EDITAL DO PREGÃO  
ELETRÔNICO Nº 057/2026

#	Tipo	Nome	Situação	Data
1.	RESPONSÁVEL DOC.	DIVINO MARRA DE ALMEIDA SOUZA	Doc. em montagem	08/05/2026 15:45:43
2.	RESPONSÁVEL DOC.	DIVINO MARRA DE ALMEIDA SOUZA	Doc. enviado para Visto	08/05/2026 15:51:48
3.	VISTANTE	NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA	Recebido	08/05/2026 15:51:48
4.	VISTANTE	Luiz Henrique Ferreira de Athaydes	Recebido	08/05/2026 15:51:48
5.	VISTANTE	NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA	Ciente	08/05/2026 16:02:12
6.	VISTANTE	NICHOLAS LINO VIEIRA MOTA	Vistado	08/05/2026 16:02:15
7.	VISTANTE	Luiz Henrique Ferreira de Athaydes	Ciente	08/05/2026 16:07:31
8.	VISTANTE	Luiz Henrique Ferreira de Athaydes	Vistado	08/05/2026 16:07:58
9.	VISTANTE	Luiz Henrique Ferreira de Athaydes	Doc. enviado para Assinatura	08/05/2026 16:07:58
10.	ASSINANTE	Rodrigo Sávio Couto de Lacerda	Recebido	08/05/2026 16:07:58
11.	ASSINANTE	RODRIGO SAVIO COUTO DE LACERDA	Ciente	08/05/2026 17:10:56
12.	ASSINANTE	Rodrigo Sávio Couto de Lacerda	Assinado	11/05/2026 09:57:45
13.	DESTINATÁRIO	FRANCIELE ALVES GONCALVES	Recebido	11/05/2026 09:57:46
14.	DESTINATÁRIO	JULIANA DEGANI PAES LEME	Recebido	11/05/2026 09:57:46
15.	DESTINATÁRIO	ANA CLAUDIA FERREIRA	Recebido	11/05/2026 09:57:46